

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras



Dissertação de Mestrado

**BILINGUISMO, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E IDENTIDADES: O CASO DE UMA
FAMÍLIA BRASILEIRA NIPODESCENDENTE**

Vinicius Borges de Almeida

Pelotas

2021

Vinicius Borges de Almeida

**Bilinguismo, políticas linguísticas e identidades: o caso de uma família
brasileira nipodescendente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Linha de pesquisa: Aquisição, variação e ensino.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabella Mozzillo

Pelotas

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aluno	19201553 - VINICIUS BORGES DE ALMEIDA		
CPF	02643130030	Nacionalidade	BRASILEIRA
Naturalidade	PELOTAS		
Ingresso	SELEÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO - 2019/2		
Programa	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS		
Curso	7056 - MESTRADO EM LETRAS	Nível	MESTRADO ACADÊMICO
Modalidade	PRESENCIAL		

Dados pessoais dos membros da banca examinadora

Nome completo	Documento	Nasc	Titulação		
			Área	Local	Ano
KAREN PUPP SPINASSÉ	10107492-0	1979	LETRAS	UFRGS	2009
LETICIA FONSECA RICHTHOFEN DE FREITAS	70405050020	1970	LETRAS	PUC-RS	1992
PAULO RICARDO SILVEIRA BORGES	39595285072	1962	LETRAS	PUC-RS	1996

Membros da banca examinadora		Título	Assinatura
10107492-0 - KAREN PUPP SPINASSÉ		DOUTOR	
70405050020 - LETICIA FONSECA RICHTHOFEN DE FREITAS		DOUTOR	
39595285072 - PAULO RICARDO SILVEIRA BORGES		DOUTOR	

Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2021 os membros acima nomeados para a defesa da DISSERTAÇÃO do estudante VINICIUS BORGES DE ALMEIDA matriculado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, o consideram APROVADO, estabelecendo o título definitivo da DISSERTAÇÃO como sendo *Bilinguismo, políticas linguísticas e identidades: o caso de uma família brasileira nipodescendente*, e estabelecendo um prazo máximo de 60 dias para as correções e entrega da versão definitiva.

Eu, Isabella Mozzillo, atesto que o(s) membro(s) da banca listado(s) acima sem assinatura participou/aram da sessão de forma remota.

Presidente da Banca

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A314b Almeida, Vinicius Borges de

Bilinguismo, políticas linguísticas e identidades : o caso de uma família brasileira nipodescendente / Vinicius Borges de Almeida ; Isabella Ferreira Mozzillo, orientadora. — Pelotas, 2021.

67 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Imigração japonesa. 2. Línguas em contato. 3. Bilinguismo. 4. Políticas linguísticas. I. Mozzillo, Isabella Ferreira, orient. II. Título.

CDD : 409

Dedico à memória de minha avó Geni
Hercília, cuja vida de empenho aos seus
ainda me ensina e me inspira.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento da pesquisa aqui apresentada, sem o qual a realização do trabalho teria sido muito mais árdua.

À Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente ao Centro de Letras e Comunicação (CLC) e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, instituição que me acolheu e me permitiu crescer pessoal e profissionalmente.

À minha *très chère amie* e orientadora Isabella Mozzillo, que habilmente se engaja no meu processo de formação e aposta em cada detalhe para extrair o melhor de mim, seja pelo riso frouxo, seja pelos chicotes que às vezes mereço.

Aos professores Karen Pupp Spinassé, Letícia Fonseca Richthofen de Freitas e Paulo Ricardo Silveira Borges, que compuseram a banca de qualificação e de defesa e cujas ideias muito contribuíram para o aperfeiçoamento da versão final do trabalho.

Aos participantes da pesquisa, que gentilmente me compartilharam suas experiências, a partir das quais emergiram problematizações e reflexões.

À Priscila Koshimura, à Paula Yanagiwara e ao Victor Hugo Kebbe, que me oportunizaram discussões profícuas com o objetivo de (re)pensar identidades brasileiras, *nikkei* e japonesas a partir de perspectivas mais holísticas e inclusivas.

Ao Rafael Hett, querido colega e amigo, que me acompanha desde o início da graduação em Letras e cujo interesse pela língua e cultura japonesas me motivaram a também estudá-las.

Por fim, à professora Renata Peil, que me concede a graça em me (re)descobrir todas as vezes que me ensina novos ideogramas e pontos gramaticais da língua japonesa.

O ser humano é a única espécie na Terra que é definida por um verbo.

Ana Claudia Quintana Arantes

Resumo

ALMEIDA, Vinicius Borges de. **Bilinguismo, políticas linguísticas e identidades: o caso de uma família brasileira nipodescendente**. 2021. p. 67. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa tem o objetivo de discutir e analisar questões relativas ao Bilinguismo e às Políticas Linguísticas em uma família brasileira de nipodescendentes, tendo por base o aporte teórico sobre Bilinguismo (MOZZILLO, 2001; SPINASSÉ, 2006; PUPP PINASSÉ e MOZZILLO, 2021), Code-Switching (GROSJEAN, 1984; MOZZILLO DE MOURA, 1997), Língua de Herança (VALDÉS, 2001; VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003; MORONI, 2018) e Políticas Linguísticas (CALVET, 2007; SPOLSKY, 2016). Buscou-se contribuir com outras investigações (MOTA, 2004; LICO, 2011; SOUZA, 2015; YONAHARA, 2016; MORONI, 2018), cujos objetivos são discutir e analisar o uso e a transmissão do português como Língua de Herança (LH) e os processos de construção e constituição de identidades brasileiras no exterior. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas e análise dos dados foi feita baseado nos pressupostos interpretativos de cunho qualitativo (ERICKSON, 1985; 1991). Os dados sugerem uma atitude positiva com o espaço do português e japonês no ambiente familiar, tendo em vista a forte ligação da família mantida com o Japão e com o Brasil. A partir de um planejamento linguístico, eles colocaram em prática a política explícita de utilizar o português mesmo enquanto residissem no Japão. Percebeu-se um percurso linguístico bem diverso na família - de bilíngues passivos a equilíngues - embora, conforme a classificação de Mozzillo (2001), todos eles sejam considerados bilíngues em diferentes níveis.

Palavras-chave: imigração japonesa, línguas em contato, bilinguismo, políticas linguísticas.

Abstract

ALMEIDA, Vinicius Borges de. **Bilingualism, linguistic policies and identities: the case of a Japanese-descendant Brazilian family.** 2021. p. 67. Dissertation (Master's Degree in Linguistics) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This research aims to discuss and analyze issues related to Bilingualism and Linguistic Policies in a Brazilian family of Japanese descendants, based on the theoretical contribution on Bilingualism (MOZZILLO, 2001; SPINASSÉ, 2006; PUPP PINASSÉ and MOZZILLO, 2021), Code-Switching (GROSJEAN, 1984; MOZZILLO DE MOURA, 1997), Heritage Language (VALDÉS, 2001; VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003; MORONI, 2018) and Language Policies (CALVET, 2007; SPOLSKY, 2016). Also, the research focus on contribute to other investigations (MOTA, 2004; LICO, 2011; SOUZA, 2015; YONAHARA, 2016; MORONI, 2018), whose objectives are to discuss and analyze the use and transmission of Portuguese as a Heritage Language and the processes of construction and constitution of Brazilian identities abroad. Data collection was performed from semi-structured interviews and data analysis was based on qualitative-interpretative assumptions (ERICKSON, 1985; 1991). The data suggests a positive attitude with the Portuguese and Japanese in the family environment, in view of the strong family connection maintained with Japan and Brazil. From language planning, they put into practice the explicit policy of using the Portuguese even while residing in Japan. A very diverse linguistic path was perceived in the family - from passive to balanced bilinguals - although, according to Mozzillo's (2001) classification, they are all considered bilingual at different levels.

Keywords: Japanese immigration; language contact; bilingualism; family language policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
É PRECISO SAIR DA ILHA PARA VER A ILHA	13
REVISÃO DE LITERATURA	16
LÍNGUA MATERNA, LÍNGUA DE HERANÇA, BILINGUISMO E <i>CODE-SWITCHING</i>	16
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS FAMILIARES	20
IDENTIDADES E DIFERENÇAS.....	24
METODOLOGIA	29
ANÁLISE DOS DADOS.....	32
AS MEMÓRIAS E O HISTÓRICO DA FAMÍLIA DE M	32
O HISTÓRICO DE P	35
A DINÂMICA FAMILIAR APÓS O NASCIMENTO DE F1	37
O HISTÓRICO LINGUÍSTICO DE F2	40
A VIVÊNCIA DE F3.....	42
A VISÃO DO BILÍNGUE SOBRE SEU BILINGUISMO.....	43
O <i>CODE-SWITCHING</i>	45
A EXPERIÊNCIA DE SER <i>DEKASSEGUI</i> NO JAPÃO	47
JAPONÊS NO BRASIL E BRASILEIRO NO JAPÃO?	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES	64
APÊNDICE A.....	64
ANEXOS	65
ANEXO A	65

INTRODUÇÃO

Escrever a dissertação empreende processos interessantes, e, embora geralmente seja a última etapa da pesquisa, após a análise dos dados, naqueles últimos quadradinhos do cronograma, ela ocorre ao longo de todo o período. Talvez não em sua forma final, pois a ela adicionamos partes e dela descartamos outras. Assim, a escrita parece sempre envolver algum tipo de escolhas, recortes, talvez porque a pesquisa em si vá além de palavras no papel e não seja capaz de se encaixar nos parâmetros do intervalo destinado ao mestrado, quiçá durante um momento incerto de pandemia, marcado por lutos dos que se foram, acirramentos de desigualdades aos que ficam e angústias diante do que nos aguarda.

No fim, chegamos a uma vastidão de dados obtidos a partir de conversas, partilhas de experiências e trocas de informações com pessoas que se permitiram olhar para si e transbordar o que são. Parece-me que recortar uma parcela infinitesimal de suas vidas, além de ser um desafio, é também uma responsabilidade ética e humana.

Creio que toda pesquisa é motivada pela curiosidade; a base é, portanto, a busca por respostas a questionamentos que nós nos fazemos constantemente. Chegamos até aqui enquanto humanidade porquanto nosso combustível são as perguntas, para as quais nem sempre somos capazes de chegar a uma conclusão. Aliás, talvez uma pesquisa interessante nem sempre seja aquela que supre o que buscávamos de início, mas aquela que nos provoca a novas possibilidades e perspectivas de pensar a vida e as relações enquanto seres sociais.

Durante a graduação em Letras, diversos assuntos me despertaram o interesse. Percebi que a formação contemplava desde áreas mais concretas e objetivas, como a Fonética, a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe até campos mais subjetivos, como a Linguística Aplicada e a Psicolinguística. Longe de querer estabelecer um parâmetro dicotômico, prefiro observá-las a partir um espectro complementar, e não excludente entre si.

De todas as disciplinas que cursei, a que mais se mostrou relevante para o meu fazer científico e, claro, para esta dissertação foi Línguas em Contato. No total, tive a oportunidade de participar quatro vezes – três como aluno ouvinte e uma como aluno regular matriculado. Ler os artigos, relê-los e discuti-los com os novos

colegas nos fazia não somente debater os assuntos teóricos, mas também nos permitia compartilhar das próprias vivências para ratificar ou contrapor o que estava sendo debatido. Esses diálogos me mostraram que é possível fazer ciência através das amálgamas da teoria e da prática, do lido e do vivido, do objetivo e do subjetivo, da razão e da emoção, o que me leva ao próximo ponto.

Quando vamos nos apresentar, fixar o “eu”, é muito comum dizermos nosso nome, idade, profissão, onde nascemos, onde moramos, o que fazemos... aspectos que consideramos relevantes para estabelecer uma definição de quem somos. E essa apresentação só ganha real sentido quando é direcionada para alguém, um “outro”, porque tal pessoa certamente se definirá de outra maneira. Por isso, para abrir este trabalho, escolhi as palavras de Ana Claudia Quintana Arantes¹: “O ser humano é a única espécie na Terra que é definida por um verbo. Vaca é vaca, boi é boi, borboleta é borboleta, mas **ser** humano, só nós.” (ARANTES, 2019, p. 68, grifo da autora). Essas palavras me sugerem que querer encaixar a vida humana, as identidades e as existências em pressupostos teóricos, que frequentemente estabelecem rótulos e padrões, pode ser um exercício limitado e limitante.

Também considero relevante mencionar que, no início de 2019, período entre o término da graduação e início do mestrado, tendo sido influenciado por um colega e grande amigo, decidi ingressar em aulas particulares de japonês. Mesmo que eu não tenha nenhuma ascendência japonesa ou nunca tenha ido ao Japão, reparei que é possível se encantar por um novo modo de ver e pensar o mundo a partir de nuances socioculturais acessadas através dessa língua asiática: sistemas de escrita, formas de tratamento, gestos, vestimentas, cerimônias... uma lista longa e cheia de significados.

É a partir das reflexões acima que esta pesquisa se inicia. Inicialmente, o objetivo era traçar um perfil sociolinguístico (MELLO, 2001; 2011) das famílias de descendentes de japoneses residentes em Pelotas/RS, a partir de uma perspectiva cultural e sociolinguística, averiguando, dentre outros aspectos, algumas políticas linguísticas que a comunidade adotava e como essas políticas atuavam na formação e na constituição de suas identidades. Na literatura científica, identifiquei trabalhos na região com objetivos similares (BORGES, 2004; CARVALHO, 2006; VAHL,

¹ A título de ilustração, em entrevista concedida em janeiro de 2019 ao canal Jout Jout Prazer, no YouTube, Ana Claudia se apresenta desta forma: “Eu acho que é mais gostoso a gente se apresentar pelas coisas que a gente ama fazer. Eu amo poesia, adoro cozinhar, adoro os animais, adoro as pessoas, sou mãe de dois filhos e pratico medicina.”

2017), porém com famílias pomeranas ou bilíngues português/espanhol na fronteira com o Uruguai. Tendo identificado essa lacuna, a pesquisa seria uma maneira de contribuir para que as discussões e análises pudessem gerar conhecimento para a ciência linguística e ser uma iniciativa de dar visibilidade e registrar as informações que compõem a comunidade de descendentes japoneses em Pelotas, pois eles são parte da história do município como um todo. A propósito, “todo conhecimento em ciências sociais e humanas é uma forma de conhecer a nós mesmos e de criar possibilidades para compreender a vida social e outras alternativas sociais.” (MOITA-LOPES, 2006).

Entretanto, em razão da limitação de tempo e da impossibilidade de ir ao encontro dessas pessoas em meio à pandemia de COVID-19, foi preciso alterar a ideia inicial. Diante desse cenário, optei por me basear no estudo de caso de uma família brasileira descendente de japoneses (ALMEIDA e MOZZILLO, 2020) e complementar os dados já averiguados a partir de uma nova coleta. Tal família é composta por cinco membros e tem um histórico cultural e linguístico bem heterogêneo.²

Dessa forma, a comunidade de descendentes de japoneses da região de Pelotas/RS deixou de ser o foco do estudo. Por priorizar o ambiente familiar, esta nova pesquisa junta-se a outras investigações (MOTA, 2004; LICO, 2011; SOUZA, 2015; YONAHARA, 2016; MORONI, 2018), cujos objetivos são discutir e analisar o uso e a transmissão do português como Língua de Herança (LH) e os processos de construção e constituição de identidades brasileiras no exterior. Para tanto, empreendi uma análise dos dados a partir de pressupostos interpretativos de cunho qualitativo (ERICKSON, 1985; 1991). Apesar disso, a intenção não é esgotar as possibilidades de leitura dos dados no corpus analisado. Por fim, é importante destacar que, por não ter ascendência japonesa, todas as interpretações que trago no trabalho são feitas a partir da perspectiva de um não-descendente, o que me faz perceber que não tenho acesso a algumas janelas de vivências específicas desse grupo, mas me permite, ao mesmo tempo, estranhar e problematizar (ERICKSON, 1985) questões por vezes “invisíveis” aos olhos dos “de dentro”.

A dissertação está dividida desta forma:

² Para mais informações sobre os participantes, ver o capítulo 3 – Metodologia.

No *Capítulo 1 – É preciso sair da ilha para ver a ilha*, traço um breve panorama da imigração japonesa no Brasil, desde seu início oficial em 1908 até meados do fim do século XX, a fim de compreender as relações que tais imigrantes empreenderam na sociedade brasileira.

Em seguida, no *Capítulo 2 – Revisão de literatura*, apresento o aporte teórico a partir do qual serão feitas as discussões e as análises dos dados da pesquisa. Trata-se de uma referencial que reúne conceitos de Língua Materna, Língua de Herança, fenômenos de Línguas em Contato e Bilinguismo; em seguida, também apresento o que são Políticas Linguísticas e suas relações com o ambiente familiar; e, por fim, algumas noções de Identidade a partir da perspectiva dos Estudos Culturais.

O *Capítulo 3 – Metodologia* traz informações referentes aos participantes da pesquisa e aos pressupostos metodológicos utilizados para a coleta dos dados, que serão apresentados no *Capítulo 4 – Análise dos dados*.

Por fim, no *Capítulo 5 – Considerações finais*, faço uma síntese da pesquisa, apontando algumas contribuições do trabalho para a área dos estudos da linguagem.

CAPÍTULO 1 – É PRECISO SAIR DA ILHA PARA VER A ILHA

A história do Brasil é marcada pelo intenso fluxo migratório desde o período colonial até meados do século XX, fato que determina a construção étnica, identitária e linguística do país. Se, antes da chegada dos primeiros europeus, já havia neste território uma vasta diversidade de povos indígenas – e, portanto, de línguas e de culturas – muito mais diverso se tornou a partir do contato com os africanos trazidos para cá escravizados e, posteriormente, com os imigrantes europeus (portugueses, alemães, italianos, franceses) e asiáticos (japoneses, chineses, coreanos), por exemplo.

Dessa forma, a imagem do Brasil como um enorme país monolíngue, dominado pelo português de forma tão “homogênea” em toda a sua extensão, não se sustenta. O Brasil aparece entre os países mais multilíngues, sendo faladas por volta de 330 línguas, entre as quais cerca de 274 indígenas e outras 56, línguas alóctones, trazidas com os imigrantes. (ALTENHOFEN; MORELLO et al., 2018, p. 240).

Em se tratando da imigração japonesa em direção ao Brasil, considera-se o ano de 1908 como o início oficial. Vindo da cidade de Kobe, o navio Kasato Maru trazia 781 japoneses, dentre os quais expressiva parcela seria responsável pelo trabalho em lavouras de café. Essa migração foi motivada sobretudo por questões de sobrevivência, já que no início do século XX o Japão passava por um período de escassez de alimentos e de ofertas de trabalho. (HANDA, 1987, p. 8).

O movimento de um território para o outro implica diretamente nas vidas desses indivíduos, desde as necessidades básicas – como uma propriedade para viver e comida para se alimentar – até a reformulação de preceitos morais, identitários, sociais, culturais, religiosos e filosóficos. De acordo com Moriwaki e Nakata (2008), os *isseis*³ que aqui chegaram, frutos de uma educação baseada na “Lealdade ao Império e Amor à Pátria”, consideravam que permaneceriam no Brasil temporariamente. Assim, preferiam se organizar em colônias no interior e favoreciam

³ *Issei* é o imigrante japonês e *nissei* é o filho de imigrantes japoneses nascido no Brasil, que tem, portanto, a nacionalidade brasileira. Esses nomes referem-se ao número da geração a que o indivíduo pertence. Eles são compostos pelos cardinais em japonês ligados ao ideograma 世, que representa, entre outras ideias, geração. Por isso, 一世 *issei* – primeira geração; 二世 *nissei* – segunda geração; 三世 *sansei* – terceira geração; 四世 *yonsei* – quarta geração; e assim por diante.

os casamentos entre pessoas da mesma colônia, onde utilizavam estritamente a língua japonesa.

Tais aspectos de isolamento não eram possíveis em todas as realidades em que os imigrantes se inseriram. Moriwaki e Nakata (2008) relatam que o imigrante, não acostumado ao contato com outros povos de hábitos e culturas diferentes, conscientizou-se de sua condição de japonês somente ao se distanciar da sua terra natal.

Conforme Morales (2009), a situação do imigrante japonês entre os anos de 1908 e 1915 poderia ser assim resumida: as condições de vida, infraestrutura e alimentação eram muito precárias; as diferenças linguísticas entre os *isseis* e os administradores das terras tornavam a comunicação um verdadeiro caos; a colheita do café era muito menor do que a que lhes havia sido prometida, uma vez que apenas as partes mais velhas e de menor qualidade do grão lhes eram fornecidas; o sentimento de superioridade do imigrante desmoronou perante a arrogância dos donos das fazendas, que ainda mantinham costumes e atitudes da época da escravidão.

Sob tais condições, o sonho de vir ao Brasil para trabalhar temporariamente e, em pouco tempo, retornar rico ao Japão cada vez mais se distanciou da realidade. Por isso, uma parcela dos imigrantes começou a ressignificar essa mentalidade de trabalhador temporário e a se fixar em outras áreas rurais e também urbanas.

Ainda segundo a autora, foi a partir desse momento que se começou inclusive a pensar na educação dos *nisseis*. Havia fundamentalmente duas posturas: a que priorizava o Brasil (e deixava o Japão em segundo plano), optando-se pelo ensino brasileiro em primeiro plano; e a que priorizava o Japão (e deixava o Brasil em segundo plano), ainda alicerçada no ideal do imigrante conservador de retornar, assim que possível, ao seu país natal.

Entretanto, se o início do século XX foi marcado pela vinda de japoneses ao Brasil, esse fluxo migratório se inverteria nos últimos anos. Com a necessidade de mão de obra nas indústrias nipônicas no fim do século passado, o governo japonês abriria suas portas à imigração de trabalhadores para especificamente ocuparem os cargos conhecidos como 3K – 汚い *kitanai*, 危険 *kiken* e 辛い *kitsui* (sujo, perigoso e difícil) (DIAS, 2015, p. 74). Tal processo começou em meados dos anos 1980, período em que o Brasil passava por grande instabilidade econômica e política. Como a constituição do Japão confere nacionalidade japonesa pelo sangue (*jus*

sanguinis), os descendentes nascidos fora do Japão seriam incorporados de maneira menos burocrática. (KEBBE, 2014, p. 72).

Segundo Kebbe (2014), essa abertura à imigração ofereceria aos brasileiros nipodescendentes

“[...] uma oportunidade para conseguir melhores condições de vida que aqui não eram possíveis. Mesmo muitas vezes abandonando postos de trabalho altamente especializados no Brasil, os *dekasseguis*⁴ partiam para o Japão para ocupar postos não especializados de alta precariedade, mas conseguindo um retorno financeiro capaz de permitir o acesso a melhor segurança, educação, serviços de saúde e bens materiais, antes indisponíveis no Brasil.”⁵ (KEBBE, 2014, p. 73).

O panorama da imigração japonesa apresentado neste capítulo será importante para contextualizar os participantes da pesquisa. Sendo assim, algumas dessas informações serão recapituladas e complementadas na seção de análise dos dados.

A seguir, passaremos ao capítulo de revisão de literatura.

⁴ Assim chamados esses descendentes que emigram ao Japão para trabalhar.

⁵ Para informações complementares sobre os *dekasseguis*, ver Frazatto (2012), Kebbe (2014) e Dias (2015).

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA

“A língua falada em casa é o chinês. Meus pais são chineses. Eles sempre me elogiaram e me deram broncas em chinês... O meu chinês é muito ruim. Eu não sei ler e só consigo escrever meu nome. Mas quando eu penso na língua chinesa eu penso em minha mãe, meu pai e minha casa. É a língua da minha casa e do meu coração.” (HE, 2010 apud MORONI, 2018, p. 1238)

Esta seção se propõe a trazer o aporte teórico relevante para a fundamentação e sistematização desta pesquisa. Inicialmente, serão elucidados conceitos sobre Língua Materna, Língua de Herança, Bilinguismo e indivíduo bilíngue e *Code-Switching*. Em seguida, serão tratadas Políticas Linguísticas e, mais especificamente, estas em contexto familiar. Por fim, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, serão discutidas concepções de identidade e diferença, a fim de construir relações com os conceitos anteriores.

Escolhi introduzir a seção com o relato exposto em He (2010 apud MORONI, 2018, p. 1238), pois ele exemplifica, de maneira subjetiva, como esses conceitos se revelam na prática, constroem identidades, atravessam afetos e constituem o ser.

2.1 Língua Materna, Língua de Herança, Bilinguismo e *code-switching*

Para esclarecer o conceito de Língua Materna, também denominada Primeira Língua (L1), Spinassé (2006) afirma que não se trata, necessariamente, da língua da mãe nem da primeira língua que se adquire. Tal definição engloba, ainda, indivíduos que adquirem mais de uma língua de maneira simultânea; logo, são incapazes de selecionar apenas uma delas para categorizar como L1.

De forma geral, a caracterização de uma Língua Materna só se dá a partir da combinação de vários fatores e se todos forem levados em consideração. Ainda conforme a autora referida acima, são eles:

“[...]a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se

estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais à vontade... Todos esses são aspectos decisivos para definir uma L1 como tal.” (SPINASSÉ, 2006, p. 5).

A definição de L1 se torna ainda mais particular quando pensamos nos fluxos migratórios no mundo contemporâneo. Por exemplo, Teixeira-Corrêa e Mozzillo (2020) realizaram um estudo de caso sobre uma mãe peruana residente em Pelotas, que decidiu não utilizar sua língua materna com a filha. Entretanto, as pesquisas de Mello (2001, 2011), que traçou o perfil sociolinguístico de uma comunidade anglófona no sudoeste de Goiás, apontam atitudes linguísticas positivas para o uso do inglês entre si na família, na escola e na igreja e com os habitantes das cidades vizinhas.

Os estudos acima mencionados referem-se à transmissão ⁶ (ou não), respectivamente, do espanhol e do inglês como Língua de Herança (LH). A LH é descrita por Valdés (2001) como a língua transmitida pelos imigrantes às próximas gerações, sendo que ela deve ser, necessariamente, diferente das que são faladas pela sociedade ao redor (línguas autóctones).

Há entendimentos diferentes sobre que aspectos priorizar a fim de se caracterizar o falante de herança (MORONI, 2018, p. 1236). O primeiro deles é baseado em um critério objetivo e foi definido por Valdés (2001), que considera as habilidades linguísticas do indivíduo, ou seja, é preciso algum grau de proficiência de produção ou de compreensão para pertencer à comunidade de fala; por outro lado, Van Deusen-Scholl (2003) estabelece um critério subjetivo ao valorizar o sentimento de identificação: não é fundamental saber ou compreender a língua, pois o sentir-se culturalmente ligado a ela é o que caracterizaria o falante de LH; além desses dois norteadores (o de proficiência – mais objetivo – e o de identificação – mais subjetivo), há a proposta de Moroni (2018) em acrescentar questões relacionadas à afetividade que vinculam o falante de herança à família ou à comunidade de fala, pois ele também se caracteriza por viver experiências emocionalmente significativas

⁶ “Transmissão, no contexto de LH, se refere a essa maneira de ensinar a língua que ocorre a partir de situações cotidianas, de interações reais, normalmente entre os membros do núcleo familiar – mas podendo se expandir à comunidade de fala.” (MORONI, 2018, p. 1236).

na LH. A autora argumenta que levar em consideração a afetividade reforça a perspectiva de que tal comunidade de fala está fortemente caracterizada pelos vínculos emocionais construídos e pelas práticas culturais compartilhadas na e pela LH.

Nesse contexto, insere-se o português como Língua de Herança (doravante PLH). No seu estudo sobre o PLH, Mendes (2012) observou que alguns brasileiros residentes no exterior tendem a manter as práticas de uso do português em ambiente familiar. Esse uso se dá a partir de escolhas e decisões tomadas de maneira tácita ou explícita, conforme será abordado na seção de políticas linguísticas familiares.

Lico (2011), ao discorrer sobre o crescente fluxo de brasileiros para países como Estados Unidos, Japão, Itália e outros, expõe que há uma consciência em manter vivos no seio familiar os vínculos com as origens e cultura brasileiras:

“Essa consciência, manifestada pelo desejo de que os filhos criem ou mantenham vínculos afetivos com os familiares residentes no Brasil e pela necessidade de que haja entendimento entre as partes e bom trânsito no ambiente social quando visitam o País, tem motivado mais e mais famílias a procurar maneiras de proporcionar o aprendizado da língua portuguesa e da riqueza da cultura brasileira a seus descendentes. Vale destacar que esse movimento é dramaticamente maior entre os brasileiros que emigraram, temporária ou permanentemente, em situação regular e que tem, portanto, melhores condições socioeconômicas para compreender essa situação e tornar possíveis suas escolhas.” (LICO, 2011, p.1).

Uma vez que a transmissão do PLH ocorre em lugares onde há a coexistência com outras línguas, também é preciso analisar os conceitos de bilinguismo e indivíduo bilíngue na literatura dos estudos linguísticos.

Por exemplo, Bloomfield (1933) considera bilíngue somente o indivíduo com domínio igual e nativo de duas línguas, o que acaba por excluir uma parcela significativa de casos que seriam interessantes e passíveis de análise. Por outro lado, para Macnamara (1969) é bilíngue todo usuário que tenha competência mínima em, pelo menos, uma das quatro habilidades: ler, falar, ouvir e escrever, embora o autor não esclareça o que seja essa competência mínima.

Savedra (2009) afirma que, a partir da década de 70, estudos sobre bilinguismo começam a surgir com base teórica e metodológica apoiados em pressupostos da Psicolinguística, da Neurolinguística, da Linguística Aplicada e da Sociolinguística. Sobre este último, a autora comenta que o foco investigativo é a

“[...] relação entre língua e grupo social do falante, onde a língua é considerada um dos recursos disponíveis para produção cultural – esquemas perceptivos e interpretativos segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento.” (SAVEDRA, 2009, p. 3).

Também há a proposta de classificação de Mozzillo (2001), que será levada em consideração para as análises neste trabalho. A autora compreende o bilinguismo em sentido lato, qual seja, “o uso alternado de duas ou mais línguas por parte de um mesmo indivíduo.” (MOZZILLO, 2001, p. 290). Esse conceito engloba um arcabouço muito diverso de falantes que têm características próprias e que se utilizam das línguas em situações específicas conforme sua competência nas habilidades tanto de produção quanto de compreensão, sejam elas orais ou escritas. Por isso, esse fenômeno é observado em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias e em todos os países, até naqueles em que se crê haver uma cultura monolíngue ou apenas uma língua considerada oficial.

A fim de compreender os indivíduos bilíngues, pode-se levar em conta um *continuum* que parte dos monolíngues até chegar aos equilíngues. Entre as duas extremidades, incluem-se

“os aprendizes recentes de outra língua (bilíngues incipientes) assim como aqueles que apenas leem em outro sistema ou ainda os que, por razões de competência ou por razões de ordem estratégico-afetiva não querem ou não conseguem falar outra língua apesar de bem compreendê-la (bilíngues passivos ou receptivos).

São também bilíngues os falantes que desenvolvem todas as habilidades, com vários graus de domínio, em outra língua, e que, mesmo atingindo grande fluência e precisão, não passam por nativos ao serem julgados por quem o seja realmente.

Por fim, existem indivíduos equilíngues, pessoas que são reconhecidas por falantes nativos dos seus dois idiomas como pertencentes a ambos os grupos. Embora dificilmente sejam verdadeiramente equilibrados porque não se desempenham nas duas línguas nos mesmos contextos, impressionam por ter, do ponto de vista dos interlocutores, idêntico domínio das línguas, constituindo-se no que, classicamente, se denominava ‘bilíngues perfeitos’.” (MOZZILLO, 2001, p. 291-292).

Todo falante bilíngue, ainda que não perceba, detém um comportamento linguístico muito singular. Um dos fenômenos recorrentes em seus momentos de interação é o *code-switching*, cujo conceito tem sido amplamente utilizado na literatura como inerente à conversação bilíngue (GROSJEAN, 1982; MOZZILLO DE MOURA, 1997). Para esta pesquisa, entende-se o *code-switching* como a alternância entre uma língua (considerada a língua de base) para outra (língua convidada) durante o discurso entre bilíngues que compartilham o mesmo par de línguas (GROSJEAN, 1994, p. 1658). Tal autor ainda afirma que o *code-switching* não acontece de maneira aleatória, pois configura um ganho comunicativo e pragmático; fornece características únicas às conversações; e apresenta motivações sociolinguísticas ou psicolinguísticas subjacentes, ainda que nem sempre sejam tão evidentes.

Há ainda outros estudos que complementam o entendimento do *code-switching*, a exemplo: Grosjean (1994), que descreve algumas características da conversação entre bilíngues inglês e francês; Dabène e Moore (1995), que estabelecem uma classificação para o *code-switching* conforme as escolhas lexicais e sintáticas dos interlocutores; Mozzillo de Moura (1997), que apresenta algumas motivações para realizar a alternância dentro de discursos familiares; e, por fim, Almeida e Mozzillo (2017), que procuraram estabelecer um vínculo entre a análise do *code-switching* em línguas naturais aplicando-a a um contexto literário bilíngue, onde havia o contato de falantes ficcionais que utilizavam línguas artificiais.

Finalizada a primeira parte de conceitos, passo agora a discorrer acerca de políticas linguísticas e, em seguida, políticas linguísticas familiares.

2.2 Políticas linguísticas e políticas linguísticas familiares

Como definido por Calvet (2007), *política linguística* envolve um conjunto de escolhas, tácitas ou explícitas, referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* refere-se à implementação na prática de uma política linguística previamente estabelecida. Ainda segundo o autor, quaisquer grupos podem organizar e estruturar uma política linguística – pode ser uma comunidade,

um grupo ou uma família –, mas seria sobretudo o Estado o responsável de passar do estágio de planejar ao de pôr em prática tais escolhas linguísticas.

Spolsky (2004 apud KING e LOGAN-TERRY 2008, p. 6), de forma ampla, compreende que

“o estudo de políticas linguísticas inclui análises de crenças linguísticas ou ideologias (o que as pessoas *acham* sobre a língua); práticas linguísticas (o que as pessoas *fazem* com a língua); e esforços para modificar ou influenciar essas práticas através de quaisquer tipos de intervenção, planejamento ou gerenciamento linguístico (o que as pessoas *tentam fazer* com a língua).” (SPOLSKY apud KING e LOGAN-TERRY, 2008, p. 6, grifos das autoras).^{7,8}

Para exemplificar, Spolsky (2016) afirma que as políticas linguísticas se estenderiam a domínios de saúde, jurídicos e militares, por exemplo. Outro domínio fortemente influenciado por políticas de Estado é a escola, considerado muito particular e complexo. Professores, alunos e seus pais e equipe administrativa compartilham um espaço muito diverso em se tratando de escolhas, quais sejam: que língua(s) ensinar? Que língua(s) é(são) falada(s) em sala de aula? Todos compartilham da(s) mesma(s) língua(s) materna(s)?

No contexto brasileiro, Altenhofen (2013) elabora uma linha cronológica e, dentre as informações levantadas pelo autor, destacam-se:

1. A Política Pombalina (1757), que outorgava a soberania da língua portuguesa sobre quaisquer outras;
2. A indiferença às línguas trazidas pelos primeiros imigrantes alemães chegados ao Rio Grande do Sul em 1824, embora já houvesse uma certa “preocupação” perante os “inquilinos”;
3. O início do período republicano (1889) marcado pelo ideal nacionalista monolíngue, o que impunha aos imigrantes o uso do português;

⁷ Texto original: “the study of language policy includes analysis of language beliefs or ideologies (what people *think* about language); language practices (what people *do* with language); and efforts to modify or influence those practices through any kind of language intervention, planning, or management (what people *try to do* to language).”

⁸ Todas as traduções de citações apresentadas neste texto são de minha responsabilidade.

4. O período do governo Getúlio Vargas, anterior à Segunda Guerra Mundial, marcado por intensa repressão às línguas dos imigrantes alemães, italianos e japoneses;
5. O Decreto nº 7.387 de 09/12/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a fim de documentar as línguas indígenas brasileiras e aquelas trazidas para o país através do fluxo de escravos africanos no período colonial e do processo migratório de europeus e asiáticos.

A título de ilustração, há o relato de Pupp Spinassé (2008) da situação de imigrantes alemães diante das duras imposições do governo de Getúlio Vargas em 1937:

“As aulas nas escolas coloniais eram até então ministradas em alemão, mas, a partir da nacionalização, isso fica terminantemente proibido. Anos letivos são perdidos, já que os alunos não dominam o português a ponto de assistirem as aulas com os novos professores enviados pelo governo.” (PUPP SPINASSÉ, 2008, p. 132).

E também o que Demartini (2000) afirma sobre a situação do interior de São Paulo:

“A frequência às aulas era feita às escondidas e à noite, caracterizando uma estratégia de resistência dos japoneses necessária para poder continuar com um ensino “seu”, em São Paulo, tanto na região central como na periferia, parece que as estratégias foram outras – os japoneses conseguiram estabelecer vínculos com as autoridades escolares nacionais que lhes permitiram manter o funcionamento das escolas por eles criadas, mantidas e controladas.” (DEMARTINI, 2000, p.69).

Os exemplos acima reforçam o que declara Bagno (2001):

“É triste verificar que, no Brasil, todas as iniciativas de política linguística sempre foram marcadas pela desconsideração das reais necessidades do povo, quando não pelo autoritarismo nu e cru: entre nós, política linguística

sempre foi equivalente de *repressão* linguística.” (BAGNO, 2001, p. 54, grifo do autor).

Após esse panorama do assunto, serão tratadas agora decisões e posturas familiares relacionadas ao uso e à transmissão de uma ou mais línguas nesses contextos. Para isso, evoco as contribuições de Souza (2015). Na sua investigação, a autora percebe que a ideia predominante no Reino Unido de se utilizar apenas a língua inglesa nesse território interfere diretamente na tomada de decisões de famílias imigrantes. A autora, que trabalhou com mães brasileiras, entende que a transmissão do PLH influencia no processo de consciência de maternidade e de construção de realidades híbridas, demonstrada através da metáfora da árvore: raízes e troncos formados e alimentados no Brasil que são posteriormente replantados no Reino Unido, onde novos ramos crescem. Porém, há aquelas que cedem às pressões sociais (“Fale inglês, você está no Reino Unido”), às opiniões do marido (decisivas para dirimir ou permitir o bilinguismo) e a mitos envolvendo o bilinguismo infantil.

Esses mitos, como observa Mozzillo (2015), são equivocados e não apresentam base científica. Aqui estão alguns exemplos apontados pela autora: crianças devem aprender uma língua bem e só depois a outra; no colégio é problemático falar mais de uma língua; falar mais de um idioma em casa pode causar confusão mental na criança; ter que falar mais de uma língua na rua provoca sentimento de vergonha e exclusão; falar em outra língua é grosseiro porque quem não entende acredita que falam mal dele; quando o assunto é sério se deve falar a língua local; só vale a pena ensinar uma outra língua à criança se ela tiver prestígio no mundo.

Nesses casos, um conjunto de valores afetivos, socioculturais e identitários é deixado para trás em razão de uma política que promove o monolinguismo em casa e, assim, os indivíduos se separam de relações com os parentes que só falam a língua “abandonada” e de recursos simbólicos e culturais vinculados a esse idioma.

Flores (2017) também colabora para a discussão uma vez que seu foco de investigação é descrever a situação de algumas famílias de imigrantes portugueses na Alemanha. Em seu trabalho, a autora, se utilizando das palavras de Grosjean (1982), lembra que mais da metade da população mundial é bilíngue. Esse é um

dado importante, sobretudo porque, ainda nos dias de hoje, há os que defendem a ideia de “um país, uma língua”. Por isso, os fluxos migratórios, sejam por motivos pessoais, econômicos e culturais vão na contramão desse pensamento e, nalguns lugares, são malvistas e desencorajadas, levando a casos de xenofobia ou de diglossia – quando uma língua se sobrepõe hierarquicamente a outra(s) (FERGUSON, 1959). Porém, a realidade trazida nas famílias pesquisadas pela autora revela efeitos positivos: elas percebem benefícios no bilinguismo e encorajam o uso de duas ou mais línguas em casa; e há escolas que oferecem atividades e que reúnem as famílias em comunidades maiores, fortalecendo vínculos entre elas.

Através desses relatos, verifico que as ligações consolidadas têm grande importância nas suas políticas linguísticas, porque esses indivíduos ganham visibilidade no meio em que estão inseridos, veem utilidade e afetividade para e na língua dos ancestrais, e constata os ganhos cognitivos trazidos pelo bilinguismo. Assim, os mitos de que usar mais de uma língua em casa traz confusão às crianças ou de que o produto de seu processo de aquisição seria língua nenhuma se mostram insustentáveis. A transmissão em casa é suficiente para consolidar a competência bilíngue em um indivíduo, que será aprimorada a partir do contato com materiais mais sofisticados, como literatura, músicas, jogos, narrativas populares, entre outros, nas duas línguas.

2.3 Identidades e diferenças

“[...] identidade [é] como uma moeda em um bolso cheio de moedas de diferentes valores. Às vezes nós precisamos de dez centavos e apanhamos uma única moeda. Outras vezes, precisamos de cem centavos e usamos uma moeda de um real ou vinte moedinhas de cinco centavos.”

(LESSER, 2011, p. 10)

Em um primeiro momento, pensar a identidade e a diferença (ou alteridade) requer um olhar cauteloso, pois diz respeito a vivências e a experiências profundas de indivíduos. Um olhar mais superficial parece sugerir que a identidade é aquilo que se é e a diferença é aquilo que não se é – e ponto. Se alguém disser “eu sou brasileiro”, também estará dizendo “eu não sou uruguaio” ou “eu não sou japonês”.

Declarar “sou brasileiro” se faz necessário porque essa afirmação só tem sentido para uma parcela – se todos partilhassem da mesma identidade, o próprio termo não faria sentido. Portanto, a identidade é relacional e, ao mesmo tempo, marcada pela diferença. (WOODWARD, 2000, p. 9).

Essa definição da diferença não deixa de apresentar equívocos. É o que acontece com as identidades nacionais mencionadas acima, pois, ainda conforme Woodward (2000), a diferença é sustentada pela exclusão: se alguém é brasileiro, não pode ser japonês, e vice-versa. Essa suposta unidade na identidade nacional não considera a diversidade das experiências do cotidiano, pois são ligadas ao que Anderson (1989) denomina imaginário coletivo do que representa cada nação.

Silva (2000) considera que a identidade e a diferença partilham de uma importante característica: são atos de criação linguística, ou seja, não são ligadas a uma natureza, a uma essência, apenas no aguardo de serem reveladas. Ambas estão sujeitas a certas propriedades atribuídas à linguagem e só adquirem sentido a partir dela. (WOODWARD, 2000, p. 8). Por exemplo, os signos linguísticos não têm qualquer valor absoluto e não fazem sentido isoladamente. (SAUSSURE, [1916] 2012) O aspecto material do signo – sua representação gráfica ou fonética – só adquire valor em uma cadeia maior de outras marcas gráficas ou fonéticas que são diferentes dele.

A partir dessa perspectiva de processo de criação discursivo é possível entender os conceitos mais profundamente. Defini-los social e linguisticamente está sujeito a vetores de força, a relações de poder. Uma vez que essas relações não são harmoniosas nem simétricas, identidade e diferença se tornam imposições e disputas. Nesse sentido, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.” (SILVA, 2000).

Em seus argumentos trazidos acima sobre essas questões, Silva (2000) sugere adotar um ponto de vista não essencialista sobre identidade. Tomando novamente como exemplo as identidades nacionais brasileiro e japonês, uma definição não essencialista colocaria em evidência as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas em diversos cenários: os japoneses no Japão, os japoneses no Brasil, os brasileiros no Brasil e os brasileiros no Japão. Ainda sobre esse assunto, Woodward (2000) considera que uma definição não essencialista também daria importância às mudanças ao longo dos séculos do que se compreende ser um

“japonês”. Em contrapartida, uma definição essencialista da identidade “japonesa” sugeriria que existe um conjunto “verdadeiro”, cristalino e autêntico de características que todos os japoneses partilham e que não se altera com o passar do tempo. Trata-se de uma perspectiva fixa, que seria definida intrinsecamente a partir de aspectos históricos e biológicos (WOODWARD, 2000, p. 15), como será visto a seguir.

Em relação aos aspectos históricos, para se compreender o que foi construído como identidade dos japoneses e de seus descendentes no Brasil, é preciso retornar à história deste país no final do século XIX e início do século XX, período marcado pela Lei Áurea e pelo acentuado fluxo migratório de europeus e de japoneses.

De início, as políticas migratórias brasileiras mostravam maior interesse nos europeus por duas principais razões:

“(a) sua possível maior proximidade cultural em relação ao Brasil (o catolicismo, por exemplo, era algo comum entre o país receptor e Itália, Espanha, Portugal...) e (b) o fato de serem brancos, o que contribuiria para o processo de ‘embranquecimento’ do país.” (SILVA, 2016, p. 70)

Entretanto, ao se depararem com as condições de trabalho nas lavouras de café, muitas vezes bastante próximas àquelas onde anteriormente encontravam-se os negros escravizados, muitos dos imigrantes vindos da Europa revoltaram-se adquirindo a fama de rebeldes e anarquistas aos olhos de seus empregadores. (SILVA, 2016, p. 70)

Por outro lado, os empregados oriundos do Japão foram reconhecidos como trabalhadores, resilientes e dóceis, que são características atribuídas à maturidade pelo pensamento confucionista, de origem chinesa, mas que também influenciava nas esferas das relações humanas e morais no Japão. (SILVA, 2016, p. 71). Portanto, uma perspectiva essencialista de identidade estenderia essas características a todos esses indivíduos, pois elas estariam ligadas a esse povo e seriam passadas às próximas gerações.

Para tratar sobre os aspectos biológicos que estariam ligados ao “ser japonês”, trago o relato da pesquisadora Simone Hashiguti:

“A descendência pode se marcar de diferentes formas no sujeito. Pode estar na língua que fala, nos costumes alimentares, artísticos, por exemplo, e certamente está no corpo. O corpo traz cores, ossos e formatos (...) que marcam a descendência. E ele produz gestos. (...) O corpo como material

de linguagem, social e simbólico produz sentidos e é significado em processos complexos de memória que dizem respeito à subjetividade, à história, à sua espacialização.

Como descendente de japoneses, nascida no Brasil, a questão das marcas da descendência foi um tema sempre presente. Nos dizeres a mim e sobre mim, nas relações interpessoais, nos (des)entendimentos, nas identificações, vários foram e são os momentos em que a descendência é lembrada, pontuada, como se pudesse explicar ou determinar os sentidos. O que não ficava explicado para mim mesma, por muito tempo, era o fato de não me sentir japonesa, apesar de assim nomeada, nem mesmo de me lembrar ser descendente de japoneses, a não ser que lembrada, mas de enfim, na presença de outros brasileiros, ser sempre, e indubitavelmente, japonesa. As perguntas que passaram a inquietar, então, foram: o que, apesar da brasilidade sentida, me faz japonesa? Será que sou mais japonesa do que penso ser?

Essa interrogação identitária, que creio ser a mesma de muitos dos descendentes de japoneses no Brasil, foi verbalizada, dessa maneira formulada, (...) era a sensação de ocupação de um lugar de entremeio entre uma japonesidade e uma brasilidade possíveis, um certo não-lugar.” (HASHIGUTI, 2008, p. 1-2).

O final desse trecho esclarece que uma perspectiva essencialista não dá conta de descrever todos os processos que estão imbricados na concepção de identidades – no plural, pois elas são a todo momento construídas e negociadas. (WOODWARD, 2000, p. 33). Ou seja, associar diretamente o fenótipo – os popularmente conhecidos “olhos puxados” no caso dos japoneses – a uma série de valores culturais e morais é um processo reducionista, que desconsidera individualidades e subjetividades.

Contudo, há perspectivas não essencialistas para se compreender a construção de identidades dos nipodescendentes no Brasil. São ângulos que buscam refletir o que se tem chamado de “japonesidades”. (MACHADO, 2011; KEBBE, 2011; YANAGIWARA, 2018). Esses autores afirmam que as japonesidades são múltiplas e abrem espaço para dissonâncias, ou seja, a maneira de ser “japonês” de um indivíduo não descendente (sem os “olhos puxados”) que estuda a língua ou pratica karatê, por exemplo, é tão válida quanto a dos descendentes que se reúnem em associações. Não há uma hierarquia do que pode ser considerado mais/menos japonês – cada um o é à sua maneira. Nesse sentido, como afirma Kebbe (2011), essas identidades são devires – ao invés de se buscar categorias e características em uma suposta essência do que é “ser nipo-brasileiro”, é possível considerar um “estar nipo-brasileiro”.

Para Machado (2011), as japonesidades não são identidades, mas sim um conjunto de alteridades. Por isso,

“se pensarmos nas várias brasilidades que se constroem no Brasil, aquelas derivadas da presença japonesa são as brasilidades dessas ‘japonesidades’. Eles não são japoneses aqui e brasileiros no Japão (no caso dos *dekassegúis*): são brasileiros à japonesa e japoneses à brasileira.” (MACHADO, 2011, p. 19).

Assim, tendo sido apresentados os pressupostos teóricos que serão levados em consideração para realizar a análise e discussão dos dados, passo à próxima seção, que abordará os aspectos metodológicos da pesquisa.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos mais comuns para levantar os dados de pesquisa, é importante ressaltar que as narrativas coletadas em trabalhos de natureza discursiva emergem e são percebidos nos mais diversos contextos. É possível partir de interações cotidianas (tais como refeições em família e conversas informais), interações institucionais (na escola, na Universidade, em estabelecimentos comerciais), outros com grupos focais, alguns com entrevistas de pesquisa.

Dentre essas possibilidades, escolho destacar os dados oriundos de entrevistas, planejadas de forma semiestruturada e/ou aberta, formuladas de modo a encorajar a emergência de narrativas. Após o período de coleta, são feitas descrições e análises como qualquer outra atividade de fala (MISHLER, 1986) a fim de confirmar ou de refutar as hipóteses mencionadas nos objetivos da pesquisa.

Além disso, a presente investigação está baseada nos princípios da pesquisa qualitativa definidos em Erickson (1985). Ela não se propõe a estabelecer generalizações sobre os fatos, mas sim a notar atributos gerais do contexto com o propósito de caracterizar o que é particular do grupo escolhido. De maneira geral, tal tipo de pesquisa pode envolver ferramentas como a participação intensiva e a longo prazo no campo, exigindo registros cuidadosos feitos em forma de notas, diários, entrevistas, gravações de áudio e de vídeos. Desses, apenas as entrevistas e as gravações de áudio foram utilizadas como fonte de dados, pois a convivência com os participantes foi limitada em razão das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19.

Além disso, outro fato particular das pesquisas qualitativas é que um olhar de estranhamento e de problematização seja percebido para aquilo que, ainda conforme Erickson (1985), parece invisível no dia-a-dia: as pequenas ocorrências do tempo são colocadas em evidência e, dessa forma, podem ser documentadas sistematicamente. Ao concordar com esse autor, Kumada (2012) afirma que, a partir de uma ou mais perguntas de pesquisa, realiza-se a análise do corpus com o objetivo de elaborar asserções que possam ser empiricamente verificadas.

Para isso, optei por utilizar e adaptar o questionário de Pupp Spinassé e Mozzillo (2021), disponível no Anexo A, pois sua pesquisa traz discussões interessantes sobre crenças que motivam certas decisões familiares a fim de

estimular o bilinguismo ou o monolinguismo. As autoras tinham por objetivo averiguar as práticas e escolhas linguísticas em famílias que usam mais de uma língua em casa, as que não o fazem, embora sejam compostas por membros bilíngues ou por membros que tenham originalmente línguas diferentes, além de famílias com uma única língua familiar, mas inseridas em ambiente onde outra(s) língua(s) seja(m) empregada(s).

Para realizar esta pesquisa, escolhi uma família composta por cinco membros assim descritos:

O pai, de 46 anos, é natural de Belém/PA e é *nissei* por parte de mãe e pai. Mudou-se para o Japão na adolescência para trabalhar, tendo retornado ao Brasil por duas vezes também por motivos de trabalho.

A mãe, de 38 anos, também é natural de Belém/PA e é *sansei* mestiça⁹ (sua origem japonesa é apenas pelo lado da avó materna. Viveu no Japão alguns meses da infância, mas retornou ao Brasil, onde passou a maior parte da adolescência. No fim dos anos 1990, voltou ao Japão, onde conheceu o marido com quem teve três filhos.

O casal decidiu vir ao Brasil para ter a filha mais velha, mas logo em seguida regressou ao Japão. Ela, atualmente com 20 anos, cresceu no Japão e lá estudou até o quarto ano. Durante esse período, nasceu o filho do meio, que, por sua vez, estudou até o segundo ano. Após isso, os quatro vieram ao Brasil, onde os filhos concluíram o ensino básico e onde nasceu a filha mais nova.

A tabela a seguir resume as informações dos participantes:

	<i>Idade (em anos)</i>	<i>Grau de escolaridade</i>	<i>Geração</i>	<i>Local de nascimento</i>	<i>Identificação</i>
<i>Pai</i>	46	Superior Incompleto	<i>Nissei</i>	Brasil	P
<i>Mãe</i>	39	Médio Completo	<i>Sansei</i>	Brasil	M
<i>Filha mais velha</i>	20	Superior Incompleto	<i>Sansei</i>	Brasil	F1
<i>Filho do meio</i>	18	Superior Incompleto	<i>Sansei</i>	Japão	F2
<i>Filha mais nova</i>	12	Fundamental Incompleto	<i>Sansei</i>	Japão	F3

⁹ Em japonês, há o termo ハーフ (*haafu*), que designa o caso de ascendência mista, muitas vezes usado com conotações pejorativas.

Para obter os dados, houve duas entrevistas, tendo sido a primeira delas presencialmente em 2019 com a mãe e os três filhos. Na época, o pai residia no Japão e, por isso, não pôde participar. Na segunda entrevista, realizada em 2021 com os cinco membros da família a partir de conferência em plataforma online, o pai, a mãe e a filha mais nova estavam morando no Japão enquanto a filha mais velha e o filho do meio, no Brasil. O corpus de análise restringe-se às duas entrevistas, que totalizaram 2h12m51s.

A seguinte legenda será utilizada: E para o entrevistador; P para o pai; M para a mãe; F1 para a filha mais velha; F2 para o filho do meio; e F3 para a filha mais nova.

Para a transcrição das entrevistas, empreguei o sistema ortográfico padrão, uma vez que não houve interesse específico em investigar elementos fonológicos e/ou morfológicos. As conclusões a respeito de decisões e práticas linguísticas dos falantes em questão resultaram de uma descrição e interpretação de vinhetas narrativas concretas de trechos das entrevistas, que serão trazidas e comentadas na próxima seção.¹⁰

¹⁰ Saliento que as discussões trazidas na dissertação representam apenas uma parte das possibilidades de interpretação dos dados a partir do corpus analisado e das perspectivas teórico-metodológicas empregadas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS

As análises foram divididas da seguinte forma: da seção 4.1 a 4.7 serão relatos relacionados às questões linguísticas e 4.8 e 4.9, às discussões relativas a identidades.

4.1 As memórias e o histórico da família de M

O começo do relato de M narra a vinda da avó japonesa para o Brasil:

M: Minha vó nasceu no Japão, ela veio no pós-guerra. Quando a Segunda Guerra acabou...

E: Ali pela década de 40?

F1: Isso.

M: Aí ela veio num daqueles navios, minha vó. E meu pai é brasileiro.

E: Então tu és considerada o que a gente chama de *sansei*, é isso?

M: Isso, *sansei*. [...]

E: E na casa dos teus pais, [...] vocês só se comunicavam em português?

M: Sim, todo o tempo. Porque a minha vó faleceu, minha mãe era muito novinha, tinha 8 anos. Então, a gente não teve convívio com a parte da minha mãe.

E: E tu não sabes, assim, ela nunca te contou se com a mãe ela falava japonês, como é que era?

M: A minha vó falava português arrastado, ela lembra pouquinho... porque ela perdeu a minha vó muito novinha.

E: Então a tua mãe até aprendeu um pouquinho...

M: Mais entendia do que falava.

E: Entendi, perfeito. Então o teu contato com a língua japonesa foi mais...

M: Quando eu fui pro Japão, é... quando eu fui pequena, lá eu aprendi *hiragana*¹¹, *katakana*, um pouquinho do *kanji*, porque as duas vezes que eu fui, eu passei muito pouco. [...] Eu fui pra escola, mas fiquei da primeira vez nove, e na segunda vez oito meses. Então não foi o suficiente pra aprender.

Nesse trecho, percebe-se que tal ambiente familiar era praticamente monolíngue em português, pois a avó japonesa, cuja forma de falar português é descrita como “arrastada” (provavelmente indicando um português aprendido em idade adulta), já havia falecido. Ela comenta que sua mãe mais compreendia do que falava, o que é considerado um bilinguismo apenas passivo conforme descrito por Mozzillo (2001).

Por outro lado, ela relata que seu contato com a língua japonesa se deu no momento em que sua família decide viajar para o Japão. É lá, ainda quando criança, que ela tem contato com a aprendizagem formal da língua e de seus sistemas de escrita. Entretanto, por ter sido um breve período de tempo e por ter deixado de praticá-la, ela não a considera como língua materna.

Quando questionada sobre a comunidade japonesa que ela conhece, M reporta memórias ligadas à sua infância e o contato com outros descendentes:

M: A colônia é um pouco longe, fica umas 4 horas de Belém. Que lá, nossa, você vai lá e parece que tá no Japão mesmo lá. Muito japonês, muito, muito lá. Comida também tem bastante.

E: E entre eles, o que é que tu lembras?

M: Falam *nihongo*¹² entre eles, falam *nihongo*.

E: E eles costumam assim, casar com pessoas da colônia?

M: Eles costumam manter a tradição...

E: São bem fechados ao externo...

M: Sim, principalmente nessa colônia lá do interior... Tipo da minha mãe, é... da minha mãe... a minha vó, ela... o pai da minha mãe era brasileiro e a família da minha vó rejeitou ela, porque ela casou com um brasileiro. Então, quando a minha vó faleceu, a minha mãe e a minha tia foram pra um orfanato, porque a

¹¹ Há, na língua japonesa, estes três sistemas de escrita: ひらがな (*hiragana*), um conjunto 46 caracteres utilizado para escrever quaisquer palavras nessa língua; カタカナ (*katakana*), que também tem 46 caracteres e é utilizado em palavras de origem estrangeira ou para dar ênfase a algum elemento da frase; e o 漢字 (*kanji*), que são os ideogramas, em sua grande maioria de origem chinesa, usados para escrever palavras pertencentes às classes lexicais.

¹² *Nihongo* em japonês refere-se à língua japonesa. Escrevendo em ideogramas, tem-se: 日本語, que é a junção de 日本 (*nihon* – Japão) e 語 (*go* – sufixo de língua, idioma).

família... tio, irmão que tinha não quis... porque tinha mistura. Então, as minhas duas tias foram pro orfanato. Quando elas tavam maiorzinha, com 12 anos mais ou menos, esse tio foi pegar, mas pra ser empregada da casa dele, porque ele não considerava da família... que tinha mistura.

Esse relato de M ilustra as observações de Morales (2009) de que os imigrantes japoneses, por quererem manter sua cultura e o *nihongo*, preferiram se organizar em colônias rurais onde só houvesse relações entre eles. O contato e, logo, a miscigenação com os brasileiros eram passíveis de exclusão, preconceito, desprezo e violência. Consequentemente, esses acontecimentos apontam para traumas expressivos nesses indivíduos, e podem levar a atitudes de rejeição perante essas posturas (e, portanto, levar ao abandono da língua japonesa).

Além disso, a palavra “mistura” utilizada por M no final desse trecho denota as consequências das visões de pureza – linguística, identitária, cultural – no sentido de que aquilo que é híbrido e mestiço seria inferior. Tais visões, que possuem seu suporte discursivo em perspectivas essencialistas (WOODWARD, 2000, p.15), trazem consequências muitas vezes cruéis à vida de muitas pessoas, como é o caso de M – mais especificamente, sua mãe e sua tia.

Há outros fatores que também influenciam na relação de M com a língua japonesa. Na época em que conheceu seu marido, por exemplo, ela comenta posturas violentas parecidas com as que sua mãe e sua tia sofreram, e como o uso da língua portuguesa também foi decisivo para marcar – um ato de resistência, nas palavras de F1 – sua identidade:

M: A minha sogra também não me aceitava no início, porque eu não pareço...

E: (...) Ou seja, tu tens sangue, mas não tens a fisionomia...

M: Porque eu sou misturada, né? A mamãe casou com um brasileiro... por mais... ela mandou os dois filhos pro Japão, porque ela queria que continuasse a linhagem... só que meu marido é a ovelha negra da família, a gente se apaixonou só que... eu sou *sansei*, mas sou mestiça, né?

E: (...) Mas tu já teve algum tipo de reflexão do tipo “ser mestiça como algo assim que te trouxe um peso ou uma dor?”

M: Muito, muito... eu não sei nada... muita coisa do *nihongo* por pura revolta... porque eu sofri isso no Japão... sofri com minha sogra... meu sogro não, mas minha sogra não me aceitava, ela me humilhava... então eu não queria

aprender. E eu falava com meu marido: “não, eu não vou ficar aqui... eu não vou aprender”.

F1: Ela usou o português como forma da resistência...

M: É...

4.2 O histórico de P

Em relação ao contexto de criação de P, destaca-se o seguinte trecho:

E: E tu comentou que os teus pais eram japoneses, né?

P: Sim.

E: E por que motivo que eles viajaram pro Brasil, pra morar no Brasil?

P: Na verdade... meus pais, eles foram um dos últimos imigrantes que saíram daqui do Japão e foram pra lá pro Brasil, isso na década de... eu acho que final de 50, início de 60, bem no início de 60 no máximo. Então, já foram os últimos imigrantes na verdade. E... eles foram com promessa de... do governo japonês, de chegar lá e ter uma terra pra trabalhar. [...] Ele foi pós-guerra. [...] Então, o governo japonês, na época, já tava há vários anos anteriores mandando os imigrantes japoneses pra fora, né? Não era só o Brasil; tinham outros lugares. [...] Então, quem quisesse sair, o governo japonês ajudava, ajudava... a fazer com que os imigrantes saíssem, dando terra pra eles trabalharem. E foi nessa que meu pai foi. [...] E chegando no Brasil, não foi fácil. Porque a terra que eles deram não era uma terra pronta pra se plantar.

[...]

E: E bom, os teus pais sendo japoneses, como é que era esse ambiente dentro de casa em relação à língua que vocês falavam?

P: A gente falava... eles falavam comigo, principalmente meus avós, eu lembro que eles sempre falavam em japonês, eles não conseguiram... falar o português. Falavam o português, mas totalmente errado, arrastado... pronúncia errada, mas era mais era japonês.

[...]

E: Então perguntando assim, a tua infância muito marcada então no contexto do lar falar japonês com teus pais, com teus avós, com a tua irmã também, imagino?

P: Sim. Só que entra nesse detalhe, porque eles falavam com a gente em japonês, só que a gente tinha que estudar na escola brasileira. Então, a gente falava o português, mas sempre a gente escutava. Mas agora responder, a gente respondia em português.

[...]

E: Teu contato com o japonês aqui no Brasil com teus pais era um japonês apenas falado... tu não tinha contato com o japonês escrito aqui?

P: Eu estudei, na verdade. Estudei o *nihongo* lá em Belém. Mas não foi muito tempo. Já tinha um pouco de compreensão da escrita.

E: [...] e o contato com a língua escrita aí quando tu foi trabalhar, como é que foi esse contato?

P: Totalmente diferente. Eu sabia só o básico, *hiragana* e *katakana* e alguns *kanji*. Mas é bem, bem diferente. É muito, muito, muito difícil.

E: Tu chegou aí a estudar, chegou a te matricular numa escola pra estudar *kanji*, como é que foi?

P: Aqui, não.

E: Foi na vida?

P: É. Eu consigo ler, mas eu não consigo escrever. Essa é a realidade.

O relato de P sobre a vida dos antepassados confirma a situação difícil do imigrante japonês ao se deparar com uma realidade oposta à que lhe tinha sido prometido. Sobre a língua em casa, vê-se que predominava o japonês, já que seus pais e avós falavam um português “totalmente errado... arrastado”, deixando a entender que se tratava, assim como relatado por sua esposa, de uma variedade da língua falada por estrangeiros sem instrução. Entretanto, para ele e sua irmã eram exigidas respostas em português, pois a família acreditava que, uma vez que eles estavam no Brasil e seguiriam a formação regular na escola brasileira, seria necessário usar o português na maior parte do tempo, inclusive em casa. Tal fato levaria, em hipótese, a um bilinguismo passivo, pois as habilidades de produção não seriam desenvolvidas, pois, conforme visto nos exemplos de Flores (2017), o uso cotidiano em casa e o comando de responder em determinada língua seriam suficientes para ativar a habilidade de produção oral bilíngue em um indivíduo. Além

disso, P também apresenta uma assimetria nas habilidades escritas – é capaz de ler os ideogramas, mas incapaz de escrevê-los. Isso pode se explicar pelo fato de a escrita à mão em japonês requerer um treinamento específico, realizado durante os anos escolares, de caligrafia, repetição e ordem de traços, pelo qual P não se interessou.

4.3 A dinâmica familiar após o nascimento de F1

Na primeira entrevista, quando questionados sobre as decisões relacionadas ao uso das línguas em casa, houve os seguintes comentários:

E: [...] Mas como tu, enfim, muito criança lá, na escola lá... em casa, que língua vocês falavam entre vocês?

F1: Japonês com P...

M: E português, porque o nosso medo era deles esquecerem a língua. O F2, quando ele voltou pro Brasil, ele não falava mais português... ele entendia tudo, mas na hora de responder, ele respondia... ela (F1) sempre foi esperta... ela sempre teve muita facilidade de falar os dois. Ela não esqueceu nunca.

E: Entendi. Ela sabia com quem falar o quê.

M: É.[...] Porque lá quando entra... toda série que entra, primeiro, segundo, terceiro... o professor da turma vai conhecer a família de cada aluno... e eu não era fluente.

E: Claro, muita dificuldade...

M: Ela fazia a tradução... ela pequena. E aí o professor perguntava e eu não entendia... “F1, o que que ele tá falando?” Aí ela traduzia pra mim e traduzia pro professor, isso ela pequena. O F2 já não tinha facilidade. Então ela sempre foi assim: traduzia pra mim, pro F2... porque o P sempre trabalhava, né? Então eu tinha que me virar... e, quando ela cresceu, ela me ajudava. Chegou aqui no Brasil, a mesma coisa. Ela não esqueceu o japonês. Mas o F2, que não falava português, hoje já não fala mais o japonês. Ele entende, mas não consegue responder.

E: Então é um histórico bem diverso a família de vocês. [...] Tu (para F1) me relataste que falavas japonês com o teu pai mesmo ele sendo brasileiro.

F1: É.

E: E isso sempre foi assim? Nunca ele disse “Fala português comigo” ou alguma coisa do tipo?

F1: Não, era natural...

M: É que meu marido, por mais que tenha nascido aqui no Brasil, os pais, vô, vó, tudo sendo japonês, ele foi criado nesse ambiente. Então, pra ele, se ele falasse, seria ótimo. Ele nem brigava, só *nihongo*. Eu que falava: “Não, como é em português?” A minha família toda só fala português, então meu maior medo é eles virem e não falar com a minha família.

E: Claro, tu cortar esse vínculo com os avós.

M: Porque com a família dele tava tudo tranquilo... todos falam *nihongo*, agora na minha, não. Então, ele respondia em japonês, às vezes ele respondia em português,

E: [...] Então, quer dizer, tu exigia que ela te respondesse em português?

M: E falasse comigo em português... é, ela numa boa. Ela tinha... já quando ela tava ficando grandinha, era automático... respondia em japonês e eu “Como é mesmo em português?” Daí ela falava em português. F2 entendia tudo o que eu falava, mas responder... ele só queria responder em japonês.

E: E aí tu não exigia?

M: E eu “Como é, F2? Como é em português?” E ele ficava assim, pensando... aí ela falava pra ele e eu “Não fala, F1... deixa ele falar.” Aí ele demorava, mas respondia.

E: Que interessante. E o P, ele não dizia nada? No sentido de... qual era a opinião dele em relação a esse bilinguismo dentro de casa?

F1: Ele nunca se manifestou ser contra... ele era neutro...

E: Não era nem uma coisa boa nem ruim... era neutro...

F1: Aham.

Nessa passagem, há o relato das diferenças em relação ao uso do português e do japonês dentro de casa. M exigia que as duas línguas fossem usadas, o que favoreceu um ambiente bilíngue sem que uma língua se sobrepusesse à outra. F1, desempenhando-se como nativa nas duas línguas, desde tenra idade funcionava como uma mediadora na comunicação entre sua mãe e seus professores; seu irmão F2, embora também nativo das duas línguas, costumava apenas utilizar a língua dominante do lugar, ou seja, o japonês. Inclusive, M considera que a competência

bilíngue de F1 denota maior inteligência em comparação com F2, embora tal fato seja um mito associado ao bilinguismo infantil descrito por Mozzillo (2015).

Outro ponto que merece destaque é o fato de elas considerarem neutra a postura de P, isto é, ele não se mostrava nem a favor nem contra o bilinguismo familiar; M foi, portanto, a que impulsionou esse processo com seus filhos.

Na segunda entrevista, com a presença de P, novamente questionei sobre o uso das línguas em casa. Aqui, há uma contradição entre o relato de P e o de F1 durante a primeira entrevista:

E: Eu lembro que a M me contou um pouco de como que era o contato das duas línguas dentro de casa, da F1 ajudar bastante com o japonês, né? Mas, agora aproveitando que tu estás aqui conosco, como foi isso pra ti? Como tu encarava o uso do português e do japonês em casa?

P: Em casa, assim, dentro de casa, sempre, desde o início, sempre quis falar o português, nunca quis introduzir o japonês, a gente estando aqui. Pelo fato de, lá fora, já utilizar bastante o japonês. Então, desde o início, desde a época da F1, já era desse jeito. Então hoje a gente vai manter e eu não pretendo mudar. Se a gente acaba utilizando só uma língua, a gente acaba esquecendo a outra. Então a gente tava perdendo. E, na verdade, a gente tem que acrescentar, né?

E: Entendi. M, quando tu engravidou da F1, vocês, enquanto casal, conversaram desse assunto? Foi alguma coisa explícita ou foi acontecendo?

M: É... foi acontecendo, né? Ou a gente chegou a conversar?

P: Eu cheguei a falar pra você. (risos)

M: É, foi... falou. Já faz muito tempo, né? Eu não lembro mais. Mas então foi, né? Conversado.

A partir do que foi exposto, vê-se que P considera o bilinguismo algo positivo para a família. Ele compreende que, por estarem no Japão, inevitavelmente os filhos teriam contato com o japonês e, a fim de que não houvesse o apagamento do português, esta seria a língua escolhida para as interações dentro de casa. Além disso, essa decisão foi tomada de maneira explícita, embora isso tenha ficado mais perceptível para P do que para M.

4.4 O histórico linguístico de F2

Em seguida, o trecho que se pretende analisar é o dos comentários de F2 sobre sua infância e a dinâmica do uso das duas línguas em casa. Ao final, ele também relata seu interesse em voltar a estudar o japonês, porque, aqui no Brasil, ele não utiliza mais essa língua para se comunicar:

E: [...] eu queria te perguntar assim: quando tu era pequeno, havia mais de uma língua na tua casa? Como é que funcionava isso?

F2: Tinha o português... de vez em quando a gente falava, mas quando eu era pequeno a gente falava mais japonês.

E: Tu te lembra de ter as duas línguas, mas tu falava mais japonês?

F2: Isso, isso.

E: E com quem? Com P e M? Com a F1?

F2: Era mais português, no caso, com M... e de vez em quando com as amigas dela que eram brasileiras...

E: E com o teu P? Japonês?

F2: É... Eu até preferia mais, porque como eu tinha mais contato com japoneses, né... e eu nunca estudei português, era mais fácil pra mim... só que M acho que fazia isso pra me incentivar a começar a falar português.

E: Entendi. E tu considera tanto o português quanto o japonês são hoje tuas línguas maternas?

F2: São, são. Só que japonês, quando eu vim pra cá, como eu já te disse, eu não sabia português... então eu foquei muito no português, eu não pratiquei muito o japonês... eu travo quando falo (japonês), mas entendo 100%.

[...]

E: [...] ia um professor na casa de vocês, M não entendia, e F1 ficava traduzindo pro professor também...

F2: Tanto quando a gente veio pra cá (Brasil), às vezes eu falava e um monte de gente não entendia, então F1 traduzia.

E: E como é que tu te sentia em relação a isso?

F2: Tinha vezes que eu ficava bem frustrado, porque eu tentava falar... me comunicar, né? E aí ninguém entendia e eu ficava bem irritado.

[...]

E: Entendi. [...] E hoje, tu não tem mais interesse em estudar japonês?

F2: Não, tenho! Tenho bastante... porque eu, como eu posso dizer, pronunciar eu consigo... só não consigo... na verdade, me trava quando eu respondo... eu preciso pensar muito antes... às vezes, eu preciso traduzir de português pra japonês... acabei deixando de pensar em japonês. Eu acho legal eu dominar a minha língua materna...

[...]

E: Perfeito. E a questão da escrita do japonês? Tu ainda pratica nalgum momento?

Y: Não, praticar não... mas, de vez em quando, como eu vejo anime¹³, às vezes mangá, daí eu leio... só *katakana* e *hiragana*, mas *kanji* bem pouco...

E: Só aqueles mais simples, né?

Y: Isso.

É interessante destacar que as contribuições de Grosjean (1982) são capazes de dialogar com os comentários de F2. O autor revela que as crianças têm grande capacidade de se tornarem bilíngues ou plurilíngues, sejam por fatores sociais ou pessoais, planejados ou não. Ele traz o exemplo de uma criança que, fora de casa, falava suaíli (idioma nacional de países como Tanzânia, Quênia, República Democrática do Congo e Moçambique) e português, mas dentro de casa comunicava-se em inglês com a irmã mais velha, em português com a irmã mais nova e em francês com os pais. Tal comportamento plurilíngue, em geral, ocorre, ainda segundo o autor, quando a criança percebe que teria de adquirir a(s) língua(s) da(s) pessoa(s) com quem ela desejava interagir. Na idade adulta, essa criança permaneceu utilizando apenas duas das línguas: o inglês e o francês, esta última passando a ser usada em momentos de interação com a irmã mais nova. Sobre isso, o pesquisador aponta:

“Portanto, o bilinguismo na infância usualmente ocorre em razão da necessidade para se comunicar com as pessoas que são importantes na vida da criança – pais, irmãos, outros membros da família, colegas e professores. Enquanto esses fatores permanecerem importantes para a

¹³ Anime, em português, refere-se aos desenhos animados japoneses. Por outro lado, em japonês, アニメ – *anime* é uma palavra abreviada para アニメーション – *animation*, de origem inglesa, e faz referência a qualquer desenho, sem distinção da origem.

criança, ela continuará bilíngue; quando eles não são mais importantes ou são removidos, a criança naturalmente tenderá ao monolinguismo.” (GROSJEAN, 1982, p. 179).¹⁴

O caso de F2 exemplifica as descrições acima: enquanto estava no Japão, o japonês fazia parte de seu cotidiano e, portanto, era uma língua de que ele tinha necessidade para interagir. Estabelecendo-se no Brasil, longe dessa realidade, paulatinamente apenas o português passou a ser usado por ele, relegando o japonês a um estado latente, embora considere-a uma de suas línguas maternas.

4.5 A vivência de F3

O trecho a ser apresentado, coletado durante a primeira entrevista, refere-se ao desejo de M de voltar para o Japão:

M: E eu tô mexendo a papelada pra voltar com a pequena, porque não dá pra ficar separada... e eu quero que ela tenha a experiência que os dois mais velhos tiveram. F1 estudou até o quarto ano no Japão e F2 até o segundo ano. Ela (F3) ainda não viveu isso, eu quero muito que ela aprenda uma segunda língua, a nossa cultura, que única coisa que ela sabe... aqui em Pelotas, é muito escasso da cultura japonesa. [...] E P, quando veio ano passado, trouxe bastante coisa pra ela...

E: Que legal! Livros, coisas do tipo...

M: É, isso... e comida! Porque ela tem o paladar dos gaúchos! Ela veio pra cá tinha um aninho...

E: Se criou aqui então...

M: Então ela não gostou nada de fruto do mar, nada do que japonês gosta ela gosta... ela gosta do que o gaúcho gosta.

¹⁴ Texto original: “In conclusion, bilingualism in childhood usually occurs because of the need to communicate with those who play an important role in child’s life—parents, siblings, other family members, peers, and teachers. As long as these factors are important to the child, he or she will remain bilingual; when they lose their importance or are removed altogether, the child will just as naturally revert to monolingualism.”

É possível reparar que M está motivada a retornar ao Japão por duas razões principais: voltar a viver perto de P e também fazer com que F3 tenha a mesma experiência linguística, social e cultural que os dois irmãos mais velhos tiveram.

O próximo trecho foi retirado da segunda entrevista e relata algumas situações da vida de F3 após a mudança:

E: F3, me conta um pouco da tua experiência no colégio. Como é que foi começar a estudar na escola japonesa...

F3: Foi bom.

M: Como foi a recepção...

F3: Ah, tá...

E: Começar a aprender os *kanji*, os colegas... [...]

F3: Ah, *kanji*... eu aprendi do primeiro e do segundo ano, e agora eu tô aprendendo do terceiro. É bem difícil... mas eu tô tentando. E... meus colegas? Hm... A maioria me trata muito bem. Tem alguns que me tratam como se fosse burra, mas... eu não tenho muita paciência pra isso, então... é.

E: E os professores?

F3: Ah, os professores... me trataram muito bem. Eles me ajudaram muito também. Agora o do sexto ano tá me ajudando bastante no japonês. Então tá sendo muito bom.

Diante do que foi exposto, percebe-se que F3 tem tido experiências positivas na escola, principalmente com os professores. Ela, que já está no sexto ano, ainda está aprendendo os ideogramas mais básicos e, talvez por isso e por não cumprir com as expectativas de uma japonesa nativa de sua idade, os colegas a considerem “burra”, fato que não a incomoda.

4.6 A visão do bilíngue sobre seu bilinguismo

Os relatos a seguir se referem às vantagens e aos inconvenientes em ser bilíngue conforme as experiências dos informantes. Em primeiro lugar, F1:

F1: Eu acho que... estar inserida nesse ambiente bilíngue fez bem pra mim, tá fazendo... porque as oportunidades que chegam pra mim são a mais do que os que... eu me comparo muito com os meus amigos, por exemplo. [...] Tipo, eu

tenho uma outra possibilidade além do inglês, que é o japonês... não teve nada de negativo.

M: Fora as várias culturas que eles aprendem.

F1: Exato.

M: Já aprenderam japonês, a gente foi pro nordeste, aprenderam o nordestino. Nós somos do norte... e agora aqui no sul. Então, o ruim é que a gente tá sempre longe da família, que eu digo pai e mãe. Mas o bom é que a gente conhece muita cultura...

Neste excerto, F1 aponta para os benefícios de ter o português e o japonês como línguas maternas. Ela vê o fato de ser bilíngue, principalmente, como uma oportunidade de destaque profissional. M concorda com a filha e ainda adiciona que o contato multicultural também traz vantagens para a formação de suas identidades.

A seguir, F2 também relata suas experiências no que tange a essas questões:

E: Tu achas que tu sofre algum tipo de preconceito por usar alguma dessas línguas? Por parte de quem? Em que situação... consegues me relatar?

F2: Acho que não diria preconceito, mas brincadeiras, né...

E: Que tipo de brincadeiras?

F2: Tipo meu sotaque, eles zoam e tal... pastel de “flango” e tal..., mas, sei lá. Ficou tão... me acostumei tanto que eu hoje levo na brincadeira também.

E: E tu acha que essa questão do sotaque por que tu és bilíngue ou por que tu moraste noutra região que não aqui?

F2: Acho que é porque morei em outra região.

E: Tu achas que o fato de falar japonês e inglês não altera teu sotaque em português?

F2: Altera sim, mas... eu até teve uma época que eu tive que fazer “fono” ... pra melhorar um pouco.

E: Sim, uhum. E... tu terias preferido não falar mais de uma língua? Tu achas que se tu falasses uma língua só seria melhor?

F2: Não, não... até porque se falasse só uma língua eu seria muito limitado... eu só levo na brincadeira essas coisas aí...

É interessante reparar que F2 considera que o monolinguismo seria uma limitação ao seu modo de vida. Além disso, relatou que o único inconveniente teriam sido as brincadeiras que sofreu por seu sotaque – que, na verdade, não é identificado em razão do seu bilinguismo, mas sim pelo fato de haver convivido em

regiões cujas variedades do português brasileiro são diferentes do que as do sul do Rio Grande do Sul. Há também a brincadeira com “pastel de flango”, que denotaria a maneira como ele pronunciaria a palavra “frango”. No Brasil, essa piada dirigida a pessoas com traços orientais, revelaria uma incapacidade de articular o /r/. Tal fonema não se encontra no repertório de falantes monolíngues de mandarim, por exemplo. Entretanto, em japonês há o /r/ – o que não existe é, justamente, o /l/.

Para complementar a fala de F2, sua irmã e sua mãe também relataram essa questão das brincadeiras:

M: Ele reclamava “Ah, mãe, coisa ruim é isso, tudo mundo pergunta... fala aí japonês.” (...) Ele já é tímido, ele se retraiu muito em Recife... por causa dessas brincadeiras também...

F1: É, sim...

Em relação à preferência de falar apenas uma língua, elas se mostraram totalmente opostas a essa ideia:

E: Vocês acham que, não sei se já tiveram essa reflexão, se vocês pudessem teriam preferido só usar uma língua?

F1: Não, não, não...

M: Mas eu queria ter inteligência pra aprender várias... Porque é de mim, eu gosto de viajar... isso é de mim, né? Então eu queria aprender outras.

4.7 O code-switching

Quando perguntadas sobre se havia alternância das línguas em ambiente familiar, os informantes relataram o que segue:

E: Me contem mais assim, por exemplo... vocês estão em casa, conversando. Hmmm... nalgum momento vocês alternam pro japonês? Tão comendo e...?

M: Não... no Japão até que era, mas aqui... se bem que a F3 começou a estudar um pouquinho o japonês... e como a gente vai voltar, eu falei pra ela (F1) e pro F2: “vamo falar palavrinhas para que ela (F3) possa ir reconhecendo quando chegar lá”. E aí na TV eu sempre coloco programas japoneses e procuro falar palavras para ela ir reconhecendo...

E: Sim, essa alternância... e claro, é uma alternância, não é só alternar do tipo “a partir de agora, a gente só fala japonês... na próxima hora...” não, é estar tomando café e dizer café em japonês, por exemplo... alternou!

F1: Isso! Uhum.

E: Esse tipo de alternância então acontece.

F1: Sim.

E: E é só esse tipo?

Ambas: Isso.

E: Mas então em função da pequena que tá aprendendo?

Ambas: Uhum.

O discurso de M e F1 parece levar a crer que a alternância é sobretudo motivada pelo fato de a caçula da família, F3, estar aprendendo japonês. Então, a família considera que essas alternâncias, aliadas aos programas de televisão japoneses a que essa criança é exposta, vão fazer com que esse aprendizado seja potencializado, auxiliando a menina caso a família resolva voltar para o Japão.

Ainda em relação ao *code-switching*, F2 relata:

F2: Ah, eu... tanto japonês quanto inglês eu falo só brincando... eu repito as frases de um anime, mas na maioria do tempo é português.

E: Por exemplo, vocês estão tomando um café e alguém diz uma palavra em japonês ou em inglês...

F2: Sim, sim, sim...

E: Então é mais essa coisa de fazer uma piada... Então... E com os teus amigos, tu tens amigos que falam também japonês, ou que falam inglês... como é que é?

F2: Japonês eu não tenho nenhum amigo..., mas amigo que fala inglês eu tenho alguns. De vez em quando eu brinco também. Seria a mesma...

E: Alternância...

F2: É.

O trecho adiciona a ideia de que a alternância dentro do seio familiar também tem uma motivação de comicidade, como esclarece Mozzillo (1997, p. 64): “os exemplos em que o efeito pretendido é o de divertir o interlocutor, imitar a fala de alguém ou expressar ironia.” No caso F2, ele realiza a alternância para o japonês quando imita falas de personagens de animes e para o inglês com os amigos, este, porém, fora do ambiente familiar.

Até aqui foram escolhidos relatos referentes às questões linguísticas da família. Passo agora aos trechos de discussões sobre os aspectos identitários.

4.8 A experiência de ser *dekassegui* no Japão

O primeiro relato diz respeito à ida de P ao Japão e suas dificuldades em conciliar as expectativas e a realidade:

E: [...] quando surgiu essa oportunidade de ir ao Japão? Foi depois, foi já adulto, pra trabalhar...?

P: Aqui no Japão, na verdade, os *dekasseguis*, aqui falam *dekasseguis* né, os brasileiros descendentes de japoneses... vim pra cá pro Japão trabalhar. Abriu a primeira oportunidade, se eu não me engano foi em 1989, começou a vim bastante. Abriu as portas mais ou menos isso, 88~89. É, foi mais ou menos isso aí. Já tinha desde antes... como é que fala? Gente vindo, mas era muito pouco. Mas foi no final da década, em 88~89 que começou a abrir as portas, que vieram. Foi nessa época que meu tio veio. Eu vim depois de três anos que ele tava aqui, foi em 1992 que eu vim pra cá. Eu vim de menor na verdade, né? Eu tinha acabado de completar 17 anos e acabei vindo.

E: No caso, concluiu o Ensino Médio aqui e foi?

P: Não...

E: Não? Não chegou a concluir?

P: Não... eu tranquei o Ensino Médio com o pensamento de 2 anos, 3 anos, juntar um dinheirinho e voltar e concluir e fazer uma Universidade. [...] Pra continuar os estudos, mas... naquela época ainda não tava uma situação muito boa no Japão, o ganho não era... era bem diferente de hoje aqui. E... tinha, na época, muito... como é que fala... era pouca, assim... as comunidades, sabe? E a convivência também era um pouquinho difícil. Japonês também não tava acostumado.

E: Ah, certo, entendi.

P: Era esse pensamento. Não se cumpriu.

A experiência de P como *dekassegui* confirma que, ao ocupar postos bastante específicos dentro da hierarquia nipônica (os 3K mencionados no capítulo

1), os quais não costumam ser destinados aos próprios japoneses, são “japoneses” de outra ordem ou outro tipo. (KEBBE, 2014, p. 74). Apesar de fazer parte da “sociedade japonesa” e de ter o traço fenotípico (como no caso de P), o *dekasegui* não tem evidentemente o mesmo status de um japonês nascido no Japão. É um “japonês” diferente – um japonês à brasileira ou um brasileiro à japonesa (MACHADO, 2011, p. 19). A questão não é tão simples assim, contudo, serve de fundamentação para perceber que a consanguinidade (um marcador identitário biológico a partir de uma perspectiva essencialista) não dá conta de “facilitar” a convivência ou de não identificar o *dekasegui* como o “de fora”, o “diferente”.

O trecho apresentado a seguir complementa a fala de P e ratifica a experiência do olhar do japonês nativo em direção ao estrangeiro:

P: No início, sim. Incomodava, né? Logo quando eu cheguei. Com 17 anos, passou um ano mais ou menos, isso aí me incomodava bastante. Quando eu cheguei aqui, senti essa dificuldade, né? Mas, depois de um ano, isso aí já não me incomoda... não me incomodava mais. E, comecei a trabalhar isso, né? E sempre... olhando pra frente, né?

E: E será que o fato de tu já falar japonês contribuiu com que tu te habituassem mais facilmente, imagino?

P: Sim, sim. Desde pequeno eu já escutando a língua, né? Isso aí me ajudou, me ajudou bastante. E outra também, né? Como eu via muito meus pais, o jeito deles serem, né? Isso aí também me ajudou. [...] Mas aqui eles não me veem como japonês. Eles me veem, aqui eles falam estrangeiro como *gaijin*. *Gaijin* é estrangeiro no grosso mesmo, no básico seria isso, *gaijin*. Mas o correto seria falar *gaikokujin*.

F1: É, eu acho que o pessoal daí pegou muito o *gaijin* pra tratar...

F2: Meio pejorativo.

F1: ...meio pejorativo.

P: Sim.

E. Sim. É tipo "algo que não é daqui", então... sabe? Estranho.

F1: Isso, perfeito.

F2: Os de fora.

A perspectiva do outro que nos identifica e nos diferencia (SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), como visto nesse relato, é também marcada através da língua. O termo 外国人 – *gaikokujin* é composto por três ideogramas: 外 (fora,

externo, exterior), 国 (país, nação) e 人 (pessoa) e é traduzido em português como “estrangeiro, alguém de outro país”. Entretanto, 外人 – *gaijin* apaga a ideia de país, fazendo com que, como mencionado por P, F1 e F2, aponte para o estrangeiro de maneira pejorativa – um *outsider*, “nós e eles” (WOODWARD, 2000, p. 14), um elemento perturbador.

4.9 Japonês no Brasil e brasileiro no Japão?

Esta seção trará excertos que refletem a questão acima:

E: Mas então, voltando ao assunto de antes, quero que vocês comentem essa questão de ser taxado como japonês no Brasil, mas como brasileiro no Japão.

P: Dá a entender que a gente não tem, como é que fala? Uma nacionalidade.

E: Isso, perfeito.

P: Mas, no fundo, eu sei que sou brasileiro.

F1. É... sim. Se fosse pra escolher entre um e o outro, também. Eu acho que me consideraria brasileira. Mas eu acho que é porque...

E: O que te faz pensar isso?

F1: Então, eu acho que é porque... agora, hoje, eu passei a maior parte da minha vida aqui no Brasil. Mas se fosse, por exemplo, na versão da F3, que agora ela vai crescer aí... eu acho que eu seria japonesa, porque eu teria mais contato com a cultura japonesa do que com a cultura brasileira. Eu acho que tem isso de tempo.

E: Entendi.

F2: Só pra não ficar calado também. Eu... eu, assim, quando eu cheguei aqui no Brasil, as pessoas me perguntavam: "ah, qual tua nacionalidade?" Então, eu sou japonês, eu nasci lá! Mesmo a mãe e o pai dizendo: "não, tu é brasileiro porque não depende só de onde tu nasceu". Mas pra mim sempre foi: eu sou japonês e tudo mais. Só que, quando eu cheguei aqui, como tu disse, né, a gente é taxado como japonês. Aqui é taxado como japonês, apesar que eu quisesse isso. Só que foi meio ruim pra minha parte, principalmente no colégio, porque... ah, tem sempre aquelas brincadeirinhas, que não são

brincadeirinhas, né, e pra mim foi bem mais difícil porque eu cheguei no Brasil e eu não sabia falar português direito. Então, eu não conseguia me defender. E, infelizmente, eu era uma pessoa muito fechada, ainda sou um pouco, mas estou melhor. Então, o processo, assim, foi meio difícil pra mim. Mas, com o tempo, eu aprendi a me defender e tudo mais, e hoje eu não me importo tanto. Assim, eu tenho algumas aulas na internet e me falam: "qual tua nacionalidade?" e eu falo "ah, eu sou brasileiro", porque dá uma preguiça de explicar toda situação. Mas se eu chegar lá também eu vou falar "qual tua nacionalidade?". Aí, se eu estiver com preguiça de explicar a situação toda, eu vou falar "japonês". Então, eu meio que sinto que não pertencço a nenhuma nacionalidade. Pra mim, eu sou os dois na hora em que eu quiser.

F1: É, é isso que eu sinto também.

E: Tipo o melhor dos dois mundos.

F1: Eu queria falar é que, eu acho que a nossa situação não é só olhando por um lado social, sim, a gente tem que lutar muito pra vencer preconceitos, julgamentos, mas olhando, assim, judicialmente, eu acho que a gente tem muito a usufruir dos dois lados. Por exemplo, a gente pode usufruir tanto das questões brasileiras quanto japonesas, porque sempre tem alguma coisa dando suporte pra gente. Na questão agora, por exemplo, na pandemia, a gente teve uma outra opção de poder cursar uma Universidade japonesa sem nenhuma burocracia que um brasileiro... sem ascendência, por exemplo, teria. Outra coisa que agora conversando que eu toquei é, assim, a questão da nacionalidade, porque o F2 nasceu no Japão, normalmente ele poderia ter sido considerado japonês, a F3 também. Mas é um documento, no fim é o documento que define qual vai ser a nacionalidade dele. E, pra gente, futuramente, a gente também pode escolher ser japonês se a gente fizer uma prova. Então, essa questão da ideologia, nacionalidade, realmente é bem confusa pra gente.

F2: Eu só penso em fazer prova pra ganhar a nacionalidade pra usufruir só, porque assim, não é uma prova que vai definir a minha nacionalidade, é o amor pela pátria.

E: Esse sentimento que tu tens de pertencimento.

F2: Isso.

Nesse longo excerto, P sugere que é possível parecer que eles não têm ou pertencem a nenhuma nacionalidade, mas, em seguida, ele declara ser brasileiro. E F1 argumenta que, para ela, a identificação com determinada nacionalidade tem a ver com o tempo de contato com a cultura – e, dessa forma, ela se identifica como brasileira. Já F2 transparece que essa questão tem a ver com o sentimento de pertencimento: logo chegado ao Brasil, ele se identificava como japonês – ao mesmo tempo que se diferenciava, portanto, dos brasileiros. Porém, com o passar do tempo e pela complexidade de suas vivências, ele diz sentir preguiça de explicar, não se sentindo mais tão influenciado pela identificação que os outros lhe atribuem. Para os irmãos, a nacionalidade é tratada também em termos práticos e objetivos: as oportunidades que eles podem usufruir a partir de se considerarem brasileiro e/ou japonês; e também subjetivos: “não é uma prova que vai definir a minha nacionalidade”.

O fragmento a seguir apresenta a fala de F1 e sugere as limitações e dificuldades de se utilizar uma perspectiva essencialista como recurso de identificação:

E: Mas então, voltando ao assunto de antes, quero que vocês comentem essa questão de ser taxado como japonês no Brasil, mas como brasileiro no Japão.

[...]

F1: Ah, sim. Quando a gente morava lá em Rio Grande, quando a gente tava saindo de Recife e foi direto pra Rio Grande, a gente entrou num colégio católico lá. E aí, no primeiro dia de aula, que eu me apresentei, falei tudo, meu nome, minha história, porque eles perguntaram... os meus colegas depois falaram "nossa, a diretora tava falando pra se preparar porque ela falou que tu não sabia falar português. E aí, tu abriu a boca e... fluente!" Aí eu falei: "sim, gente..." Eles esperavam que eu não pudesse falar português. [...] Eu entrei na sala, eu lembro que eu entrei na sala, todo mundo ficou me olhando estranho, aí a professora conduziu a aula, pediu pra eu me apresentar, aí todo mundo ficou "hãh?". Aí depois que eu fui entender. Eu pensei que eles tavam me rejeitando, mas não... foi porque a professora tava preparando o psicológico "errado".

E: A partir de um estereótipo, né?

F1: Isso.

É possível reparar uma quebra de expectativa gerada entre o conflito da primeira impressão de F1 dada pela professora aos alunos. Baseada apenas no nome, no fenótipo e no fato de já ter morado no Japão, definiria intrinsecamente F1 como “falante exclusivamente de japonês” ou “não falante de português”. Foi só a partir de um contato maior para perceber que era uma visão equivocada, que não considerava uma vivência possível de brasilidade no Japão e japonesidade no Brasil.

Ainda sobre a questão das expectativas dos outros, há o seguinte trecho:

E: [...] na comunidade japonesa existe, assim, o que se espera de um nipodescendente aqui no Brasil?

F1: Isso é muito engraçado. [...] Essa questão do julgamento em relação a nós muda conforme o país que a gente tá. Por exemplo, quando a gente tá aqui no Brasil, a gente tem que respeitar esse negócio de "vamos ser japoneses, vamos ser esforçados." Aí quando a gente tá no Japão, a gente é julgado de jeito diferente. Como a gente é visto como brasileiro, as pessoas esperam menos da gente... não é tão alta a expectativa. E a gente também. Não sei se é assim com vocês também, mas a maioria dos brasileiros que mora no Japão, eles têm costumes diferentes dos japoneses, né? Então, quando a gente vê que tem muito brasileiro, a gente já fica meio recuado, porque a cultura é diferente, eles fazem as coisas de um jeito diferente dos japoneses, então a gente já sabe que não vai ser tão respeitado...

P: Na verdade, na verdade... aqui no Japão tem regra pra tudo.

F1: Isso, isso.

P: E a grande maioria dos brasileiros aqui, ou por não saber... e acaba não fazendo ou aquele jeitinho brasileiro que não gosta de cumprir com as regras. Pode ser também. É isso que dificulta.

F1: É, isso...

M: É muito ruim isso pra gente aqui no Japão.

P: São essas coisas assim que, sabe, acaba diferenciando muito, ou do japonês e do brasileiro, sabe? Tem muita coisa assim que brasileiro não sabe, que não procura entender...

M: Não procura se informar.

P: Se informar também, né? Acontece muito isso aqui.

F1: Sim. E tem muita valorização... não sei se é valorização, se é saudosismo, de brasileiro sempre colocando, tipo, tá no país... [...] por exemplo, estrangeiro tá aí no Japão e sempre remeter ao país de origem como se fosse o melhor do mundo, mas tá ali no país usufruindo de todas as coisas.

M: E não quer seguir as regras, né?

F1: Mas quando tem gente que tá aqui também, no Brasil... descendente de japonês, também tem esse negócio de "ah, o Japão é o melhor país do mundo, não sei o quê...". Tem também.

P: Eu vejo que... tem essas regras, né? Então facilita a convivência, né?

F1: É, hoje eu concordo com isso... antes eu achava chato.

P: É o jeitinho brasileiro, né? Tem brasileiro que fala, né? Se existe regra, é pra ser quebrada.

M: Mas eu não concordo com isso e eu não faço isso também. (risos) Que fique bem claro! Eu prefiro seguir regras, porque eu acho que sem regra... vira uma bagunça.

F1: Aham, aham.

M: Eu não acho ruim ter regras... eu acho necessário.

O início do excerto sugere que, no Brasil, os nipodescendentes têm sobre si a incumbência de seguir as expectativas dos outros, ou seja, daquilo que os brasileiros consideram o ser japonês neste país – o esforço, o empenho, o rigor com o horário e com o trabalho. Tais expectativas, conforme o que disse F1, são inversas em se tratando do Japão, pois lá, sendo eles identificados como brasileiros, eles estariam menos “obrigados” ao rigor – sugerindo que a cultura brasileira seja mais “frouxa” nessas questões.

Outro fato interessante é que eles não se identificam com o traço de quebra das regras da sociedade japonesa, que é atribuído aos brasileiros no Japão. Como M relata, isso não faz parte do seu “ser brasileira no Japão”. Isso mostra que as duas identidades nacionais são, portanto, estereótipos que não dão conta de abranger as múltiplas possibilidades de se considerar as identidades.

Estar no Japão também pode exacerbar características ditas brasileiras que, como afirma Kebbe (2011), acontecem para realçar e marcar esses lados das identidades relacionadas ao país de origem e que, quando se está nele, não são visíveis. É o que se vê a seguir:

E: [...] algum traço daquilo que a gente considera ser brasileiro, que vocês nem davam tanta bola aqui, mas aí no Japão vocês passaram a dar bola, a querer.

M: É exatamente isso que você falou. Saudade da culinária, das músicas, e quando a gente tá no Brasil, a gente sente saudade da culinária do Japão, das músicas do Japão, de tudo daqui. A gente nunca tá 100% feliz onde que a gente tá. Porque sempre dá saudade do Brasil quando tá no Japão, quando tá no Brasil, saudades do Japão. É sempre assim.

E: E tu, P? Te lembra de alguma coisa?

P: Eu já superei tudo. (risos)

M: E o que é aquilo ali? O que aquilo tá fazendo ali? Você superou aquilo ali?

E: Eu adoro que vai haver discussões na família depois da entrevista. O que é, M? Fiquei curioso.

P: É a carne seca que eu faço.

F1: Sim, nossa! Meu pai virou o churrasqueiro no Japão.

F3: É charque!

A exposição de M sobre não estar 100% feliz e realizada deve-se à incapacidade de acessar a todos os elementos de suas identidades a todo momento. Trata-se de identidades hibridizadas, que se apresentam muito recorrentemente nos discursos de pessoas que realizam movimentos migratórios (HALL, 2005; 2009). Além disso, é interessante notar que P considera positivo ter “superado” o mal-estar ocasionado pela falta de alguns elementos que o aproxima do Brasil, o que é ironizado por M e reforçado por F1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de discutir e analisar questões relativas ao Bilinguismo e às Políticas Linguísticas em uma família brasileira de nipodescendentes, a partir de contribuições teóricas sobre Bilinguismo, Code-Switching, Língua de Herança e Políticas Linguísticas, somadas às bases dos Estudos Culturais sobre Identidade e Diferença a fim de compreender os processos de construção e constituição das identidades dessa família. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas e análise dos dados foi feita baseado nos pressupostos interpretativos de cunho qualitativo.

A partir dos dados, conclui-se que M adquiriu apenas uma pequena capacidade de compreensão oral do japonês em casa (bilinguismo passivo) e incipientemente as habilidades de produção (oral e escrita) e compreensão escrita (*hiragana*, *katakana* e poucos *kanjis*) enquanto no Japão. Ao retornar ao Brasil, deixou de usá-lo frequentemente, perdendo parcialmente as habilidades de produção. Por sua vez, P teve um ambiente familiar em que se utilizava majoritariamente o japonês, embora os pais lhe exigissem a produção em português.

F1, a filha mais velha, é equilíngue, desempenha-se como nativa em português e em japonês. As falas de F2 mostram seu interesse pelo japonês, mesmo sem ser equilíngue como F1 na competência de produção oral. Considera o japonês uma de suas línguas, pois faz parte de sua identidade e a de seus ancestrais. Por fim, F3 passou parte da infância no Brasil sempre usando o português e, agora no Japão, está integrada no sistema de ensino e na sociedade japoneses, o que permitirá, provavelmente, que se torne uma equilíngue como F1.

Portanto, foi possível perceber uma atitude positiva com o espaço do português e japonês no ambiente familiar, tendo em vista a forte ligação mantida com o Japão e com o Brasil. A partir de um planejamento linguístico, eles colocaram em prática a política explícita (a conversa antes de F1 nascer) de utilizar o português mesmo enquanto residissem no Japão. Os dados indicaram um percurso linguístico bem diverso na família, mas vemos que todos eles são bilíngues em diferentes níveis.

Os dados também sugerem que as experiências que tiveram por base uma perspectiva de identificação essencialista se mostraram limitadas e limitantes. Elas

desconsideravam vivências que extrapolam identidades nacionais ou características fenotípicas; antes, são construídas a partir das escolhas e políticas familiares, perpassadas pela língua, e que tornam tão singulares as brasilidades das japonesidades e vice-versa.

Dessa forma, buscou-se contribuir para os estudos sobre Bilinguismo, Políticas Linguísticas Familiares, Língua de Herança e Identidades. Ainda há outras investigações possíveis como, por exemplo, em que níveis e por que motivações ocorre o *code-switching* no ambiente dessa família, quais são suas relações com outras famílias brasileiras no Japão e se há diferenças entre o português falado em casa e com outros brasileiros lá no Japão.

Referências

ALMEIDA, V. B.; MOZZILLO, I. A Alternância de Código em 'O Senhor dos Anéis'. 2017. **Anais do XXVI Congresso de Iniciação Científica – Universidade Federal de Pelotas**, 2017.

_____. Ideologias, políticas familiares e bilinguismo: estudo de caso de uma família de descendentes de japoneses em Pelotas, Rio Grande do Sul. **Hon No Mushi - Estudos Multidisciplinares Japoneses** - Coletânea em Linguística Japonesa, Manaus, v. 5, p. 103-117, 2020.

ALTENHOFEN, C. V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, Madri, v. 2, n. 1, p. 83-93, 2004.

_____. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. S.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. R. (orgs.) **Política e políticas linguísticas**. Campinas, Pontes Editores, p. 93-116, 2013.

ALTENHOFEN, C. V. MORELLO, R.; BERGMANN, G. L.; GODOI, T. G.; HABEL, J. M.; KOHL, S. F.; PREDIGER, A.; SCHMITT, G.; SEIFFERT, A. P.; SOUZA, L. C.; WINCKELMANN, A. C. **Hunsrückisch: inventário de uma língua do Brasil**. Florianópolis: Garapuvu, 2018.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARANTES, A. C. Q. **A morte é um dia que vale a pena viver**: e um excelente motivo para se buscar um novo olhar para a vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

_____. **A ÚNICA CERTEZA**. 2019. (21m01) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KiSY9ziw0r8>. Acesso em: 28 jun. 2021

BAGNO, M. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto. **Estrangeirismos**. São Paulo: Parábola, 2001, p. 49-83.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 31 (especial), p. 97-126, 2015.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.

BORGES, P. R. S. Análise histórico-social-linguística de quatro famílias da comunidade pomerana da região de Pelotas/RS. Pelotas: **Caderno de Letras (UFPel)**, Pelotas, v. 1, n. 10, p. 191-211, 2004.

CALVET, J-L. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2017.

CARVALHO, A. M. Políticas linguísticas de séculos passados nos dias de hoje. O dilema sobre a educação bilíngue no norte do Uruguai. **Language Problems & Language Planning**. 30 (02): 2006. pp. 149-171.

COUTO, H. H. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

DABÈNE, L.; MOORE, D. Bilingual speech of migrant people. In: MILROY, L.; MUYSKEN, P. **One speaker, two languages. Cross-disciplinary perspectives on code-switching**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 17-44, 1995.

DEMARTINI, Z. B. F. A educação entre famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, p. 43-72, 2000.

DE HOUWER, A. Two or more languages in early childhood: some general points and some practical recommendations. **AILA News**. (The twice-yearly newsletter of the Association Internationale de Linguistique Appliquée), v. 1, n. 1, 1998.

DIAS, N. *Dekasseguês*: Um português diferente? Variações linguísticas e interculturalidade nas migrações contemporâneas dentro do sistema-mundo moderno. **Horizontes Decoloniales**, v. 1, n. 1, p. 62-101, 2015.

ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. (org.) **Handbook of research on teaching**. New York: Macmillan, 1985, p.119-161.

_____. Advantages and disadvantages of qualitative research design on foreign language research. In: FREED, B. **Foreign Language Acquisition Research and the Classroom**. Lexington: D.C. Heath and Company, p. 338-353, 1991.

FERGUSON, C. A. Diglossia. **World Journal of Linguistics**. v. 1, n. 15, p. 325-340, 1959.

FLORES, C. **Bilinguismo infantil**. Um legado valioso do fenômeno migratório. Diacrítica. Volume Temático sobre Imigração, refugiados e as humanidades: abordagens críticas para novos desafios, Braga, n. 31, v. 3, p. 237-250, 2017.

FRAZATTO, B. E. “**Legal um japonês que tá no Brasil saber falar japonês mesmo**”: A construção de identidades numa escola de língua japonesa. (Licenciatura em Letras – Português) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2012. Monografia

GROSJEAN, F. **Life with two languages**: an introduction to bilingualism. Massachusetts. Harvard University, 1982.

_____. Individual Bilingualism. **The Encyclopedia of Language and Linguistics**. Oxford: Pergamon Press, p. 1656-1660, 1994.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora** – Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HANDA, T. **O imigrante japonês**: Histórias de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIGUTI, S. **Corpo de Memória**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008.

KEBBE, V. H. O centenário da imigração japonesa na mídia “étnica”: a evidência da japonesidade. In. MACHADO, I. J. R (org.). **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

_____. Ser japonês, ser *nikkei*, ser dekassegui: contornando metáforas de parentesco e nação. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v.6, n.1, p. 63-80, jan./jun. 2014.

KING, K. A.; LOGAN-TERRY, A. Additive bilingualism through family language policy: strategies, identities & intercultural outcomes. **Calidoscópio**. São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 2008.

KUMADA, K. M. O. “**No começo ele não tem língua nenhuma, ele não fala, ele não tem LIBRAS, né?**” - Representações sobre línguas de sinais caseiras. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

LESSER, J. Apresentação. In. MACHADO, I. J. R (org.). **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LICO, A. L. C. Ensino do Português como Língua de Herança. **Prática e Fundamentos**. v.1, n. 2, p.1-12, 2011.

MACHADO, I. J. R. Japonesidades multiplicadas: sobre a presença japonesa no Brasil. In. MACHADO, I. J. R. (org.). **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MACNAMARA, J. How can one measure the extent of a person's bilingual proficiency? In: KELLY, L.G. (ed.) **Description and measurement of bilingualism: An international seminar**. Toronto: University of Toronto Press, p. 80-97, 1969.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MASE, Y. A língua japonesa dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 7, p. 137-146, 1987.

MELLO, H. A. B. Perfil sociolinguístico de uma comunidade bilíngue da zona rural de Goiás. **Linguagem & Ensino**. Pelotas, v. 4, n. 2, p. 61-92, 2001.

MENDES, E. Vidas em português: perspectivas culturais e identitárias em contexto de português língua de herança. **Platô - Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, IILP**. Cabo Verde, v. 2, n. 1, p. 20-31, 2012.

MISHLER, E. **Research interviewing. Context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press. 1986.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 85-107, 2008.

MORALES, L. M. **Cem anos de imigração japonesa no Brasil**: o japonês como ensino de língua estrangeira. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORIWAKI, R. e NAKATA, M. **História do ensino da língua japonesa no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MORONI, A. O papel do progenitor não brasileiro na transmissão do PLH: suas práticas linguísticas e o impacto na proficiência dos filhos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 1226-1233, abr. – jun. 2018.

MOTA, K. S. **Aulas de português fora da escola**: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna. Cadernos CEDES, Campinas, SP, vol. 24, n. 63, p. 149-163, 2004.

MOZZILLO, I. A conversação bilíngüe dentro e fora da sala de aula de língua estrangeira. In: HAMMES, W.; VETROMILLE-CASTRO, R. (orgs.) **Transformando a sala de aula, transformando o mundo: ensino e pesquisa em língua estrangeira**. Pelotas: Educat, p. 287-324, 2001.

_____. Algumas considerações sobre o bilinguismo infantil. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 147-157, 2015.

MOZZILLO DE MOURA, I. Motivações para a alternância de código no discurso bilíngüe. **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, p. 51-67, 1997.

NAWA, T. Bilinguismo e mudança de código: uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília. In: TARALLO, F. **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas, Pontes, p. 199-215, 1989.

PUPP SPINASSÉ, K. Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário e inclusivo. **Revista Conexão Letras**. Porto Alegre: PPG-Letras, UFRGS. v. 3, n. 3, p. 125-140, 2008.

PUPP SPINASSÉ, K; MOZZILLO, I. Famílias em situação plurilíngüe: ideologias linguísticas. **Gragoatá**, v. 26, n. 54, p. 294-325, jan.-abr. 2021.

SILVA, J. C. **Semelhanças que atraem**: um caleidoscópio nas relações entre jovens

brasileiros descendentes de japoneses no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

SILVA, T. T. A produção da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.), HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

SAVEDRA, M. M. G. Bilinguismo e bilingualidade: uma nova proposta conceitual In: SAVEDRA, M. M. G; SALGADO, A.C.P. (orgs.) **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 121-140, 2009.

SOUZA, A. Motherhood in migration: A focus on family language planning. **Women's Studies International Forum** 52, p. 92–98, 2015.

SPINASSÉ, K. P. Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. In. **Revista Contingentia**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: vol. 1, p. 1–10, 2006.

SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**. v. 14, n. 26, 2016.

TEIXEIRA-CORRÊA, B.; MOZZILLO, I. Mitos e concepções acerca do bilinguismo infantil: um estudo de caso de mãe peruana e filha brasileira. **Revista do GELNE**, Natal, v. 22, n. 2, p. 159-173, 2020.

VAHL, M. S. **Motivações para a alternância de código português-pomerano entre alunos do ensino médio de Arroio do Padre – RS**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

VALDÉS, G. Heritage language students: Profiles and possibilities. In: PEYTON, J. K.; RANARD, D.; MCGINNIS, S. **Heritage Languages in America: Preserving a National Resource**. McHenry, IL; Washington, DC: Delta Systems; Center for Applied Linguistics, 2001. p. 37-77.

VAN DEUSEN-SCHOLL, N. Towards a Definition of Heritage Language: Sociopolitical and Pedagogical Considerations. **Journal of Language, Identity and Education**, Nova York, v. 2, n. 3, p. 211-230, 2003.

WEINREICH, U. **Languages in contact**. 8. ed. Paris: Mouton, 1974.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.

YANAGIWARA, P. S. **Os processos de construção de diferenças entre tatuadores nipodescendentes no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2018.

YONAHARA, T. Q. **O PLH no contexto de emigrantes brasileiros no Japão: crenças e ações de mães brasileiras**. Dissertação (mestrado) – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

APÊNDICES

Apêndice A



Universidade Federal de Pelotas
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, autorizo o uso de dados gerados a partir de questionário, para a realização de pesquisa desenvolvida pelo mestrando Vinicius Borges de Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, na área de Linguagem, texto e imagem, linha de pesquisa de Aquisição, variação e ensino.

Esclarecemos algumas informações:

Não haverá identificação do nome do participante no questionário, sendo os dados utilizados única e exclusivamente em eventos científicos ou áreas afins;

É permitido ao participante desistir da pesquisa a qualquer momento;

Não haverá nenhum tipo de despesa financeira nem remuneração decorrente da participação nesta pesquisa.

Para qualquer tipo de dúvida, ou caso queira saber mais sobre o projeto de pesquisa, favor entrar em contato pelo e-mail: vinibalmeida@hotmail.com

Pelotas, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do(a) participante

Vinicius Borges de Almeida
Pesquisador Responsável

Profª Drª Isabella Mozzillo
Orientadora

ANEXOS

Anexo A

Questionário de Pupp Spinassé e Mozzillo (2021)

1. Havia mais de uma língua na tua casa durante a tua infância? Quais? Por quê?
2. Havia apenas uma língua na tua casa durante a tua infância, mas que não coincidia com a do mundo exterior? Qual? Por quê?
3. Consideras que essas línguas que te rodeavam na tua infância são tuas línguas maternas? Por quê?
4. A tua família de origem veio de um lugar onde se fala/m outra/s língua/s? Em que época?
5. Aprendeste a língua do mundo externo ao teu por teres te mudado? Em que idade? Como foi?
6. Se não és do lugar onde moras, já tinhas a tua família própria (cônjuge e/ou filhos) ou formaste família no novo lugar?
7. Qual é o teu histórico linguístico? Que línguas aprendeste mais adiante de forma natural? (em contato com nativos, no lugar onde elas eram faladas naturalmente). E quais de forma artificial (em cursos de línguas, escola)?
8. Qual a ordem de aprendizado de todas as línguas com as quais tiveste contato?
9. Em que nível consideras que as dominas? E em quais habilidades (ler, falar, entender, escrever)?
10. O desempenho em cada uma delas foi sempre o mesmo ou em alguma/s houve retrocesso em relação a outras aprendidas depois?
11. Que língua transmites ao teu filho?
12. É mais de uma?
13. É uma língua materna tua?
14. É a língua do teu local de origem?
15. É a da tua família de origem?
16. É outra na qual não te desempenhas como nativo?
17. Como e por que tomaste essa decisão?
18. O teu cônjuge te apoiou? De que forma?
19. Ele compartilha das tuas línguas? De quais? Em que nível?
20. Teu cônjuge e tu falam em que língua/s entre si? É sempre a mesma? Em que circunstâncias?
21. É/São a/s mesma/s usadas com o teu filho? Por quê? É língua materna dele?

22. O *status* que a/s tua/s língua/s tem/têm na sociedade influenciou a tua decisão? De que forma?
23. Sofres algum preconceito por usares alguma língua em particular? Por parte de quem? Em que situação?
24. Terias preferido não ser falante de mais de uma língua? Por quê?
25. Acreditas que é prejudicial à criança falar mais de uma língua na idade escolar? Por quê?
26. Os teus professores e/ou os do teu filho demonstram/demonstraram contrariedade ou temor pelo fato de falares/falarem mais de uma língua?
27. Te arrependes de teres falado uma determinada língua com o teu filho? Ou de não teres falado? Por quê?
28. Com o teu segundo filho/próximo filho tomarás a mesma decisão? Por quê?
29. Se a língua na qual falas em casa com o teu cônjuge e/ou com o teu filho não é tua língua materna, sentes alguma dificuldade? Qual?
30. O que pensas da alternância de uma língua para a outra durante a conversa ou conforme a situação comunicativa? Por quê?
31. Em que medida o teu cônjuge e os teus filhos compartilham as línguas que fazem parte do teu histórico linguístico? (Seja porque eles usam essas línguas em casa, seja porque eles as aprenderam em outras situações)
32. E o que eles acham sobre o próprio desempenho em cada uma delas?
33. Concordas com a ideia que eles têm sobre como dominam cada língua? Por quê?
34. O que pensam os membros da tua família sobre o teu desempenho em cada uma das línguas que usas?
35. Concordas com a ideia que eles têm sobre o teu domínio de cada idioma? Por quê?
36. Gostarias de comentar algo que não foi perguntado?
37. Ou de fazer uma pergunta sobre o assunto?